



**RIO DAS PEDRAS**

A CIDADE DOÇURA

## **EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90008/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2394/2025, DE 29/05/2025**

**INÍCIO DO ENVIO DAS PROPOSTAS: 11/02/2026 às 08h00min**

**FIM DO ENVIO DAS PROPOSTAS: 03/03/2026 às 08h00min**

**HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 03/03/2026 às 09h00min**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br> - UASG 986981**

**Processo Licitatório n.º. 2394/2025, de 29/05/2025.**

**Data do Edital: 10 de fevereiro de 2026**

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 580.256,88 (QUINHENTOS E OITENTA MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E OITENA E OITO CENTAVOS).**

**OBJETO: REFORMA DA UNIDADE ESCOLAR, ESCOLA MUNICIPAL “PROFESSORA IMMACULADA GRECCO CIVOLANI”, LOCALIZADA RUA SILVIO SEVERINO, S/Nº. BAIRRO NOSSO TETO, NESTA CIDADE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**CONSULTAS AO EDITAL: Setor de Licitações, sito a Ladeira José Leite de Negreiros, nº. 10, Centro, CEP: 13.390-049, na cidade de Rio das Pedras – SP – telefone (19) 3493-9490 ([licitacao@riodaspedras.sp.gov.br](mailto:licitacao@riodaspedras.sp.gov.br)) e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.**

### **PREÂMBULO**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS - SP**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º 44.826.840/0001-83, com endereço à Ladeira José Leite de Negreiros, nº. 10, Centro, na cidade de Rio das Pedras - SP, Estado de São Paulo, através do Senhor Prefeito Municipal Sr. **MARCOS BUZETTO, TORNA PÚBLICO**, por meio do Departamento de Licitações, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei de Licitações, Lei nº 14.133 de 2021, da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A sessão de processamento do Pregão será realizada em endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, com o período do recebimento das propostas do dia 11/02/2026 às 08h00 até 03/03/2026 às 08h00. O horário do início de disputa será 03/03/2026 às 09h00 e será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pela Portaria SARH nº. 116/2025, de 12.05.2025, SARH nº. 121/2025, de 22.05.2025, SARH nº. 129/2025, de 16.06.2025 e Decreto Regulamentação nº. 2840, de 01.11.2024.

#### **1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a **REFORMA DA UNIDADE ESCOLAR, ESCOLA MUNICIPAL “PROFESSORA IMMACULADA GRECCO CIVOLANI”, LOCALIZADA RUA SILVIO SEVERINO, S/Nº. BAIRRO NOSSO TETO, NESTA CIDADE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

A licitação será realizada em único item.

1.1 A publicação do extrato do Edital será realizada no Jornal de Grande Circulação, na Imprensa Oficial do Município, no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Rio das Pedras.

1.2 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico [www.riodaspedras.sp.gov.br](http://www.riodaspedras.sp.gov.br) bem como nas demais formas constantes do Decreto Municipal nº. 2.840 de 01/11/2024.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem todas as exigências constantes neste Edital.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### **2.5 Não poderão disputar esta licitação:**

2.5.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2 Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.3 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.5 Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.6 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no



exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6 O impedimento de que trata o item 2.5.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.6 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.7 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.7.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

3.7.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.8 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.8.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.8.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.9 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.10 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor ou desconto (unitário, conforme o caso) e (total) do item;

4.1.2 Marca e modelo (devendo ser preenchido como "serviço");

4.1.3 Descrição do serviço, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2 Todas as especificações do serviço contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto licitado.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.





4.7 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.9 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



5.9.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.9.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.11 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes.

5.12 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.13 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.13.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.13.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.13.3 Caso a micro-empresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.13.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.13.5 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.13.5.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



5.13.5.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.13.5.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.13.5.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.13.6 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.13.6.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.13.6.2 Empresas brasileiras;

5.13.6.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.13.6.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.14 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.14.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.14.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.14.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.14.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.14.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.15 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**



6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.

6.2 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.3 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.4 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.4.1 Contiver vícios insanáveis;

6.4.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.4.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.4.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.5 No caso de contratações em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.5.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.5.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.5.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.7 Caso o custo total estimado do serviço licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.8 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



6.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico- financeira, serão aferidas por intermédio dos seguintes documentos:

### **7.2.1 A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA, consistirá em:**

7.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.2.1.2 Ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

7.2.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício.

7.2.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.1.5 Certificado do MEI, no caso de Microempreendedor Individual.

7.2.1.6 Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art.107 da Lei nº 5.764, de 1971, no caso de sociedade cooperativa.

### **7.3 A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL consiste em:**

7.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.3.2 Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço –FGTS, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

7.3.3 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

7.3.4 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

7.3.5 Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal da sede ou do domicílio do licitante relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

7.3.6 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;





7.3.7 Declaração assinada pelo responsável da licitante de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre à menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho à menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do Anexo III, em cumprimento do disposto no artigo 68, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3.8 Referente às certidões constantes no item 7.3. serão aceitas Certidões **POSITIVAS COM EFEITO DE NEGATIVA**.

7.3.9 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, sendo a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão que a declarou vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Rio das Pedras (SP), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3.10 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.3.9, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação das licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 155, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **7.4 A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA–FINANCEIRA é a seguinte:**

7.4.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

7.4.1.1 Os documentos exigidos acima deverão ser apresentados contendo a assinatura do representante legal da Empresa Licitante.

7.4.1.2 Para empresas constituídas no próprio exercício, deverá ser apresentado o “Balanço de Abertura”.

7.4.1.3 Para comprovação da capacidade financeira para o cumprimento do futuro Contrato, além dos documentos exigidos no subitem 7.4.1, a licitante deverá fornecer Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, nos moldes do Anexo V do Edital, nos termos do Art.69, §1º da Lei 14.133/2021.

7.4.1.4 As licitantes também deverão preencher o Anexo VI – Análise Contábil-Financeira, em atendimento a Declaração do subitem 7.4.1.3, sendo considerada apta financeiramente a empresa que apresentas os índices de Liquidez Corrente (LC) e Liquidez Geral (LG) iguais ou maiores que 1,0.

7.4.2 Certidão Negativa de feitos sobre falência, expedida pelo desitribuidor da sede do licitante (art. 69, inciso II, da Lei 14.133/2021), com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias, da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

#### **7.5 A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consiste em:**

7.5.1. Atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove (em) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, devendo ser apresentado no mínimo 1 (um) atestado.

7.5.1.1. Em não constando todas as informações no atestado, é possível apresentar em anexo, documentos complementares tais como nota fiscal, contrato e outros pertinentes, com dados suficientes para cumprimento da exigência editalícia.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.10. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 O prazo recursal é de 3(três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, podendo ser solicitado através de e-mail ou ferramenta digital similar.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4 Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

9.1.5 Fraudar a licitação.

9.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;



9.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2 As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com Prefeitura do Município de Rio das Pedras (SP) e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV-Das Irregularidades, Capítulo I- Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

**§1º.** A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 155, da Lei nº 14.133/21, qual seja, dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**§2º.** A CONTRATADA estará sujeita à penalidade de multa, observado:

I – 0,5 % (meio por cento) ao dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor total do(s) serviços, pelo atraso na execução dos serviços;

II – 0,5% (meio por cento) ao dia, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura respectiva pela execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas deste contrato;

**§ 3º.** Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

**§4º.** Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**§ 5º.** Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

**§ 6º.** A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, sem aplicação de juros de mora.

**§7º.** Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, a CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

I – as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e

II – na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, a CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

**§ 8º.** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com Prefeitura de Rio das Pedras será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:



- I – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II – dar causa à inexecução total do contrato;
- III – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- V – não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pela CONTRATANTE; e/ou
- VI – descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

**§ 9º.** A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n.14.133/2021, nos seguintes casos:

- I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V – praticar ato lesivo previsto no art .5º da Lei n.12.846/2013.

**§ 10.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 11.** É admitida a reabilitação do contratado perante a Prefeitura do Município de Rio das Pedras (SP), no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II – pagamento da multa;
- III – transcurso do prazo mínimo de 1(um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;





- IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

**§ 12.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

**§ 13.** Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

**§ 14.** Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

9.3.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados por forma eletrônica através da Plataforma Eletrônica.

10.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame

## **11. DO CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

11.1 A Prefeitura Municipal de Rio das Pedras (SP) efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a entrega dos serviços solicitados, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais, devidamente “laudada” pela secretaria requisitante.

I – Deverá constar no documento fiscal o número do Pregão, o número da nota de empenho, bem como Banco, nº da agência Bancária e nº da Conta Corrente, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.

II – Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado, a partir da apresentação do documento corrigido.

**§ 1º.** Nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o contratado deverá obrigatoriamente apresentar junto com a nota fiscal comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

Registro de ponto;  
recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;  
comprovante de depósito do FGTS e INSS e respectivas certidões negativas de débitos; recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;  
recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;  
recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva; comprovante de entrega de EPI's;  
fornecimento da Convenção Coletiva da categoria e alterações, sendo a primeira entregue junto com a primeira nota fiscal e as demais sempre que houver novas CCT, na data base;  
relatório da GFIP;  
recibo de entrega de declaração DCTFWEB.

§ 2º. Para cumprimento das disposições constantes no § 1º, a empresa deverá contratar os funcionários pelo regime estabelecido pela Constituição das Leis do Trabalho, em fiel cumprimento as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho (Decreto-Lei no 5.452/1943).

§ 3º. Verificando-se a existência de responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do CONTRATANTE em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da CONTRATADA, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração em decorrência da citada responsabilidade, a CONTRATANTE se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.

§ 4º. No caso do não pagamento da nota fiscal no prazo fixado, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, será efetuada a atualização monetária do 1º (primeiro) dia útil do vencimento até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias em observância do Município, sem prejuízo da apuração de responsabilidade funcional.

§ 5º. Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo **CNPJ e Razão Social** constante na proposta que originou este contrato.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5 Após a homologação do certame, o Licitante vencedor deverá apresentar previamente à celebração do Termo de Contrato a planilha de custo contendo todos os custos considerados na composição de preços do produto/serviço objeto da licitação, que será anexado ao futuro contrato, dele fazendo parte integrante. Caso o Licitante vencedor entenda desnecessária a juntada da referida planilha de custos, deverá apresentar suas justificativas para análise do Departamento responsável.

12.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico [www.riodaspedras.sp.gov.br](http://www.riodaspedras.sp.gov.br) bem como nas demais formas constantes do Decreto Municipal nº. 2.840, de 01.11.2024.

12.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1 ANEXO I- Termo de Referência

12.12.1.1 Apêndice do Anexo I – Valor de Referência

12.12.2 ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato

12.12.3 ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada

12.12.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial

12.12.5 ANEXO V – Modelo de Declaração de Capacidade Financeira

12.12.6 ANEXO VI – Análise Contábil Financeira

ANEXO VII – Projetos de Engenharia e Planilha Orçamentária

Rio das Pedras (SP) ... de agosto de 2025.

**MARCOS BUZETTO**  
**Prefeito**



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

### OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 2394/2025)

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, visando a Reforma da Escola Municipal Immaculada Grecco Civolani, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                          | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR TOTAL ESTIMADO |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------|----------------------|
| 1    | Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra de reformas e benfeitorias na Escola Municipal Immaculada Grecco Civolani, no município de Rio das Pedras/SP. | Unidade           | 1,00       | R\$ 580.256,88       |

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de execução das obras e intervenções está prevista em 10 (dez) meses.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual 5% e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### Vistoria

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas.

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Durante a vistoria, o representante da CONTRATADA deverá analisar minuciosamente o local da obra juntamente com a planilha orçamentária, projeto e memorial descritivo com o objetivo de apresentar e executar soluções plausíveis para atender um nível de desempenho máximo da execução do objeto, não comprometendo seu funcionamento de forma integral. O valor da proposta deverá obrigatoriamente considerar as dificuldades e problemas detectados na vistoria, sendo de responsabilidade da CONTRATADA arcar com as soluções e custos eventuais.

4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias da assinatura da ordem de serviço;

*A contratada deverá fornecer um documento descrevendo detalhadamente os seguintes aspectos:*

*Métodos, Rotinas, Tecnologias, Procedimentos, Frequência e periodicidade de execução do trabalho e Cronograma Semanal de realização dos serviços.*





5.1.2. Após a assinatura da Ordem de Serviço, deverá a CONTRATADA apresentar o comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Obras – CNO, em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 2.060, de 2021

5.1.3. Para finalização e entrega final da obra, deverá a CONTRATADA apresentar o documento denominado CND – Certidão Negativa de Débitos, em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 2.021, de 2021;

## **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Silvio Severino – Núcleo Habitacional Lucia Taranto Marrano – Rio das Pedras/SP. CEP: 13392-642

## **Materiais a serem disponibilizados**

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas em anexo, promovendo sua substituição quando necessário:

## **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como aquele estabelecido na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

## **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.4. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas;

5.4.1. *O início da execução do contrato se dará a partir da homologação e adjudicação da concorrência.*

5.4.2. *Após a conclusão da obra será feito o recebimento provisório, pela fiscalização do Município, lavrando-se “Termo de Recebimento Provisório da Obra” e entregue à Construtora com recebimento do seu representante legal.*

5.4.3. *Caso seja constatado algum problema durante os 30 dias posteriores, a empresa será notificada, onde terá até 60 dias para fazer as correções necessárias e providenciar nova vistoria.*

5.4.4. *Caso não haja correções ou depois das mesmas concluídas, será emitido pelo gestor do contrato após trinta dias corridos o “Termo de Recebimento definitivo da Obra”.*

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do



objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de execução dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.16. A fiscalização técnica do contrato ficará a cargo do Engenheiro Civil Sr. Gustavo Bilio., Engenheiro Civil.

## **Gestor do Contrato**

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).



6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.24. A gestão do contrato ficará a cargo de José Ferreira, Secretário Municipal de Educação.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A CONTRATADA deverá entregar da ART de execução, conforme os dados da ART de projeto, orçamento e fiscalização do responsável técnico municipal, e do Livro de Ordem na assinatura da Ordem de Serviço, em um prazo de 15 (quinze) dias após assinatura da ordem de serviço;

7.4. A CONTRATADA deverá manter e elaborar de Diário de obra/Livro de Ordem com as anotações e observações necessárias durante o andamento da obra, e que será feito em conjunto com a Fiscalização Municipal. Durante a execução dos Serviços, é de responsabilidade da empresa CONTRATADA, segurar e proteger suas execuções em todo local da obra, garantindo a segurança dos munícipes que por ali passarão e para que os serviços executados não sejam danificados pela circulação precoce de pessoas e veículos, sem acarretar ônus algum ao município. Caso tal observância ocorra a empresa será responsabilizada. Se houver danos aos serviços a empresa deverá refazê-los, sem ônus ao erário. Não serão aceitas modificações sem justificativa e autorização prévia da FISCALIZAÇÃO. A operação das infraestruturas de saneamento não poderá ser interrompida, sob qualquer hipótese, pela obra.

7.5. A medição somente será realizada após a Contratada entregar todas as documentações exigidas a seguir e formalizada via protocolo:

- Relatório fotográfico, das fases de execução do *serviço*, impresso e colorido e com boa resolução;



- Livro de Ordem referentes aos serviços realizados, situações ocorridas, paralizações e demais questões pertinentes para relatar;
- Planilha de medição, no mesmo modelo da planilha utilizada no processo licitatório, dos serviços executados no período;
- Notificações que porventura venha a receber da fiscalização, devidamente assinadas;
- Correio eletrônico direcionado ao gestor e fiscais do contrato, contendo o arquivo digital das fotos e demais documentos pertinentes;

7.6. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.6.1. *Execução respeitando integralmente a planilha orçamentária, memorial descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e projeto.*

7.6.2. *Qualidade da execução comprovada tecnicamente.*

## Do recebimento

7.7. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.7.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.7.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e gestor do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.3. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.





- 7.8.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.8.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.8.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicoe setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

- 7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.14.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021





7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

## **Forma de pagamento**

7.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresarial, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresarial estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



## Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.22. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 0,5 (cinco décimos);
- 8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 0,5 (cinco décimos) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



## Qualificação Técnica

8.29. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29.1. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação*

8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA/ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade

8.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.32. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

*Para o Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a): certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei Nº 14.133, de 01 de Abril de 2021.*

8.33. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.35. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.36. § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

8.37. § 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

8.38. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.38.1. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.*

8.38.2. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 580.256,88 (quinhentos e oitenta mil e duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos)**, conforme planilha de custos em anexo.



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: Prefeitura Municipal de Rio das Pedras/Secretaria Municipal de Educação
- II) Fonte de Recursos: xxxxxxxxx
- III) Programa de Trabalho: xxxxxxx.
- IV) Elemento de Despesa: Obras e Instalações.
- V) Plano Interno: xxxxxxxxxxx

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

APROVAÇÃO MOTIVADA DO TR PELA AUTORIDADE COMPETENTE

Rio das Pedras, agosto de 2025.





# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

## ANEXO II

### MINUTA - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ....2025

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS E A EMPRESA .....** PARA REFORMA DA UNIDADE ESCOLAR, ESCOLA MUNICIPAL “PROFESSORA IMMACULADA GRECCO CIVOLANI”, LOCALIZADA RUA SILVIO SEVERINO, S/Nº. BAIRRO NOSSO TETO, NESTA CIDADE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

**CONTRATO Nº. .../2025**

**Data: ....08.2025**

**Valor: R\$ ...**

**Prazo Vigência: 12 (doze) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço**

**Processo Administrativo n.º 2394/2025, de 29.05.2025**

**Pregão Eletrônico n.º. .../2025**

**Data Homologação e Adjudicação:**

O **MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS - SP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 44.826.840/0001-83, com sede na Ladeira José Leite de Negreiros, nº. 10, Centro, CEP: 13.390-049, na cidade de Rio das Pedras – SP, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **MARCOS BUZETTO**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 23.291.071-6 e inscrito no CPF sob o nº. 123.691.028-10, residente na cidade de Rio das Pedras - SP, adiante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_ neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, (Banco ..., Agência .... e número da Conta Corrente nº. ....), de ora em diante denominada de parte **CONTRATADA**, firmam a presente contratação consoante as seguintes cláusulas e condições:

### **DOS DOCUMENTOS**

**Cláusula primeira.** Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação nº. 2394/2025, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

### **DO OBJETO**

**Cláusula segunda.** Este contrato tem por objeto a prestação de serviços **REFORMA DA UNIDADE ESCOLAR, ESCOLA MUNICIPAL “PROFESSORA IMMACULADA GRECCO CIVOLANI”, LOCALIZADA RUA SILVIO SEVERINO, S/Nº. BAIRRO NOSSO TETO, NESTA CIDADE.**

**§ 1º** Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

**§ 2º** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei nº. 14.133/2021.

### **DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Cláusula terceira.** Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo nº. 2394/2025 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.



§ 1º. Os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

§ 2º. A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§ 3º. A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.

§ 4º. A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

#### **Cláusula Quarta– DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS–LGPD(LEINº 13.709,de14,deagostode2018)**

As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD (Lei n.13.709, de 14 de agosto de 2018).

O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da Prefeitura do Município de Rio das Pedras, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou à Prefeitura do Município de Rio das Pedras - SP está exposta.

A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado, disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados, bem como prestar toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, assumindo o compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados

A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato à Prefeitura do Município de Rio das Pedras a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

A comunicação acimamencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela Prefeitura do Município de Rio das Pedras e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela Prefeitura do Município de Rio das Pedras para as finalidades pretendidas neste contrato.

A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela Prefeitura do Município de Rio das Pedras.

Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018.

## **DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**



**Cláusula quinta.** A CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto contratado, a qualquer hora.

**§ 1º** A fiscalização do contrato será executada pelo respectivo Secretário da Pasta.

**Cláusula sexta.** Será de responsabilidade da fiscalização:

- I – acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos;
- II – analisar a necessidade de celebração de termo aditivo para prorrogação ou alteração do contrato, quando julgar necessário;
- III – propor ao Controle Interno a deflagração de processo administrativo disciplinar, para aplicação de penalidades, em decorrência de descumprimento de cláusulas contratuais;
- IV – registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do contrato;
- V – decidir pela necessidade de se proceder a reparação, correção, remoção,

Reconstrução ou substituição, às expensas da contratada, no total ou em parte, do objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;

- VI – decidir pela rejeição, no todo ou em parte, de serviço ou fornecimento de objeto em desacordo com as especificações contidas no contrato, observado o termo de referência;
- VII – exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos no contrato e instrumentos dele decorrentes;
- VIII – comunicar a Secretaria da Educação - SEDUC, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira tomada de decisões ou providências que ultrapassem o seu âmbito de competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
- IX – analisar a documentação que antecede o pagamento.

**Cláusula sétima:** Será de responsabilidade da gestão do contrato:

- I – analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- II – analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- III – analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- IV – acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- V – decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou realização de serviços;
- VI – inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

## **DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**Cláusula oitava.** São obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:

- I – promover as condições necessárias para a regular execução do objeto contratual;
- II – assegurar o livre acesso às áreas envolvidas no serviço, de pessoas credenciadas pela CONTRATADA para a sua execução, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- III – empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
- IV – fiscalizar a prestação dos serviços, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;
- V – publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, na Imprensa Oficial do Município de Rio das Pedras e no seu sítio eletrônico oficial, para fins de transparência;
- VI – controlar e acompanhar toda a execução do contrato.





**Cláusula nona.** São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

- I – contatar com a Prefeitura do Município de Rio das Pedras, através da Secretaria requisitante e responsável pela contratação do serviço, antes de iniciar os serviços, acertando detalhes de execução, evitando transtornos durante prestação;
- II – executar o objeto nas condições estabelecidas neste contrato, termo de referência e anexos;
- III – cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniforme e crachá de identificação;
- IV – facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços realizadas pela CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
- V – respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
- VI – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do CONTRATANTE;
- VII – comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos serviços;
- VIII – providenciar o imediato afastamento de empregado e/ou preposto que se torne prejudicial ou inconveniente aos serviços;
- IX – assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;
- X – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação a que se refere.

## DA MATRIZ DE RISCO

**Cláusula décima.** Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do planejamento da contratação, da seleção do fornecedor e da gestão contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação:

**a) Gerenciamento e administração inadequada da obra Risco:** Aumento dos custos ou descumprimento dos prazos contratuais.

**A locação de responsabilidade pelo risco:** risco assumido pelo contratado

**b) Ocorrência de chuvas, alagamentos, geadas, vendavais, raios, granizo ou outros eventos climáticos e ambientais**

**Risco:** necessidade de refazer serviços já executados, alteração do cronograma de execução, perda de serviços já executados e/ou materiais estocados, danos as instalações do canteiro, dificuldade de acesso ao local dos trabalhos.

**Alocação de responsabilidade pelo risco:** independentemente do volume e das consequências causadas por eventos climáticos, o contratado assume integralmente qualquer ônus financeiro decorrente da paralisação de equipamentos, equipes de trabalho ou dos estragos causados pelos eventos climáticos.

**c) Aumento de preços de materiais essenciais para o término da obra**

**Risco:** Aumento de custos com materiais utilizados para realização dos serviços, salvo aqueles que decorram diretamente de mudanças tributárias ou políticas públicas.

**A locação de responsabilidade pelo risco:** risco assumido pelo contratado

**d) Erros essenciais na execução dos serviços**

**Risco:** Prejuízos decorrentes de erros na realização dos serviços, ensejando sua reconstrução total, ou em parte.

**A locação de responsabilidade pelo risco:** risco assumido pelo contratado

**e) Prejuízos causados por subcontratados**

**Risco:** Custos gerados por performance inadequada de um subcontratado.

**A locação de responsabilidade pelo risco:** risco assumido pelo contratado





## DO CRÉDITO

**Cláusula décima primeira.** As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação – SEDUC – Divisão de Educação Ensino Fundamental – 235 – 12.361.0029.2056 – 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

## **12. DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO PAGAMENTO:**

**Cláusula décima segunda.** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ ....., referentes à REFORMA junto ao prédio do ESCOLA MUNICIPAL “PROFESSORA IMMACULADA GRECCO CIVOLANI”, localizado na Rua Silvio Severino, s/nº., Bairro Nosso Teto, nesta cidade.

**Cláusula décima terceira.** A Prefeitura Municipal de Rio das Pedras efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a entrega dos serviços solicitados, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais, devidamente “laudada” pela secretaria requisitante.

I – Deverá constar no documento fiscal o número do Pregão, o número da nota de empenho, bem como Banco, nº da agência Bancária e nº da Conta Corrente, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.

II – Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado, a partir da apresentação do documento corrigido.

**§ 1º.** Nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o contratado deverá obrigatoriamente apresentar junto com a nota fiscal comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

Registro de ponto;

recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

comprovante de depósito do FGTS e INSS e respectivas certidões negativas de débitos;

recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva; comprovante de entrega de EPI's;

fornecimento da Convenção Coletiva da categoria e alterações, sendo a primeira entregue junto com a primeira nota fiscal e as demais sempre que houver novas CCT, na data base;

relatório da GFIP;

recibo de entrega de declaração DCTFWEB.

**§ 2º.** Para cumprimento das disposições constantes no §1º, a empresa deverá contratar os funcionários pelo regime estabelecido pela Constituição das Leis do Trabalho, em fiel cumprimento as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho (Decreto-Lei no 5.452/1943).

**§ 3º.** Verificando-se a existência de responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do CONTRATANTE em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da CONTRATADA, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração em decorrência da citada responsabilidade, a CONTRATANTE se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

§ 4º. No caso do não pagamento da nota fiscal no prazo fixado, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, será efetuada a atualização monetária do 1º (primeiro) dia útil do vencimento até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias em observância do Município, sem prejuízo da apuração de responsabilidade funcional.

§ 5º. Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo **CNPJ e Razão Social** constante na proposta que originou este contrato.

## **DO REAJUSTE DA REPACTUAÇÃO**

**Cláusula décima quarta.** Os valores contratados serão automaticamente reajustados pelo INPC, contados da data do orçamento estimado, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por:

- I – reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;
- II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

§ 1º. Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA com no mínimo 30 (trinta) dias antes do vencimento do contrato, devendo ser encaminhada ao Departamento de Gestão de Contratos contendo planilha de composição de custos para a justificativa do reajuste.

§ 2º. Os preços serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais com data vinculada.

§ 3º. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica de variação de custos, por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços ou de novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

§ 4º. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 01 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação.

## **DA GARANTIA**

**Cláusula décima quinta.** Caberá à CONTRATADA apresentar garantia contratual, devendo optar por uma das seguintes modalidades:

- I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- II – seguro-garantia;
- III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º A garantia, em valor equivalente de **5% (cinco por cento) do valor total contratado**, deverá ser apresentada no ato da assinatura do contrato, respeitando o prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de, constatado o prejuízo ao interesse público, iniciar-se processo visando à extinção contratual.



**§ 2º.** O valor e o prazo de validade da garantia serão atualizados por meio da apresentação de garantia complementar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do respectivo termo aditivo, nas mesmas condições do contrato.

**§ 3º.** Em havendo extinção contratual, o CONTRATANTE poderá recorrer à garantia constituída, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato e promover a cobrança judicial ou extrajudicial por perdas e danos.

**§ 4º.** Se a CONTRATADA optar pela modalidade caução em dinheiro, deverá efetuar o depósito do valor indicado em caderneta de poupança, com conta vinculada em banco oficial, devendo o comprovante de depósito ser apresentado ao Departamento de Compras e Licitações.

**§ 5º.** Se a CONTRATADA optar pela modalidade de seguro-garantia, títulos da dívida pública ou fiança bancária, serão observados os seguintes procedimentos:

- I – a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento de Compras e Licitações, a apólice do seguro garantia ou carta de fiança bancária correspondente ao valor indicado no § 1º desta cláusula;
- II – a aceitação de títulos da dívida pública ficará condicionada à verificação com o Banco Central do Brasil ou órgão emissor sobre sua exequibilidade e validade;
- III – o seguro-garantia somente será aceito se contemplar todos os eventos indicados nos incisos do § 6º desta cláusula e continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

**§ 6º.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I – prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- II – prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- III – multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;
- IV – obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

**§ 7º.** A garantia será considerada extinta nos seguintes casos:

- I – com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- II – após o término da vigência do contrato.

**§ 8º.** O CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses—caso fortuito ou força maior;

- I – alteração sem prévia anuência da seguradora ou do fiador das obrigações contratuais;
- II – descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
- III – prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

**§ 9º.** Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia que não as previstas no parágrafo acima.



**§ 10.** A modalidade de garantia apresentada pela CONTRATADA será formalizada por meio de apostila, a qual será publicada na Imprensa Oficial do Município de Rio das Pedras. Caso haja alteração da modalidade de garantia durante a vigência contratual, sua formalização observará o mesmo procedimento.

## **DA LIBERAÇÃO DA GARANTIA**

**Cláusula décima sexta.** A garantia será liberada ou restituída pelo CONTRATANTE após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**§ 1º.** Em contratos por escopo, será liberada após o recebimento definitivo do objeto.

**§ 2º.** Se a opção da CONTRATADA for pela modalidade caução em dinheiro:

- I – a CONTRATADA terá direito à restituição do valor caucionado retido, atualizado monetariamente pelo mesmo índice da poupança, do período compreendido entre a data do depósito e a data da efetiva liberação;
- II – a caução em dinheiro será liberada após solicitação formal da CONTRATADA.

## **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Cláusula décima sétima.** As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura do Município de Rio das Pedras e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

**§ 1º.** A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 155, da Lei nº 14.133/21, qual seja, dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**§ 2º.** A CONTRATADA estará sujeita à penalidade de multa, observado:

- I – 0,5 % (meio por cento) ao dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor total do (s) serviços, pelo atraso na execução dos serviços;
- II – 0,5% (meio por cento) ao dia, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura respectiva pela execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas deste contrato.

**§ 3º.** Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

**§ 4º.** Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**§ 5º.** Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

**§ 6º.** A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, sem aplicação de juros de mora.

**§ 7º.** Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, a CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

- I – as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e
- II – na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, a CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

**§ 8º.** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com Prefeitura Municipal de Rio das Pedras será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II – dar causa à inexecução total do contrato;
- III – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- V – não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pela CONTRATANTE; e/ou
- VI – descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

**§ 9º.** A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n.14.133/2021, nos seguintes casos:

- I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V – praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei n. 12.846/2013.

**§ 10.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 11.** É admitida a reabilitação do contratado perante a Prefeitura do Município de Rio das Pedras, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II – pagamento da multa;





- III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

**§ 12.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

**§ 13.** Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

**§ 14.** Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

## **DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula décima oitava.** A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II – consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III – determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**§ 1º.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV – decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI – atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII – atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX – não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

§ 2º. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 3º. Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§ 4º. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

## **DOS ENCARGOS**

**Cláusula décima nona.** As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

## **DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula vigésima.** A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente será reputada válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

## **DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS**

**Cláusula vigésima primeira.** Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**Parágrafo único.** Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

## **DOS PRAZOS**

**Cláusula vigésima segunda.** Este contrato terá os seguintes prazos:

I – O prazo de execução do objeto desta licitação será de 12 (doze) meses a contar da emissão da ordem de serviço.

**Parágrafo único.** Havendo interesse público devidamente justificado e disponibilidade de créditos orçamentários e, caso os preços permaneçam vantajosos à CONTRATADA, o prazo contratual poderá ser sucessivamente renovado, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal.

## **DA PUBLICAÇÃO**



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

**Cláusula vigésima terceira.** A CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato na Imprensa Oficial do Município de Rio das Pedras, no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Rio das Pedras (Portal da Transparência), para fins de garantia a ampla publicidade.

## DO FORO

**Cláusula vigésima quarta.** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio das Pedras/SP, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Rio das Pedras (SP), ..... de ..... de 20....

\_\_\_\_\_  
**Contratante:**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS**

**MARCOS BUZETTO**

**Prefeito Municipal Contratante**

\_\_\_\_\_  
**Contratada**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha**



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS (SP)

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº.....

**OBJETO: REFORMA DA UNIDADE ESCOLAR, ESCOLA MUNICIPAL “PROFESSORA IMMACULADA GRECCO CIVOLANI”, LOCALIZADA RUA SILVIO SEVERINO, S/Nº. BAIRRO NOSSO TETO, NESTA CIDADE.**

PREGAO ELETRÔNICO Nº. ..../2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2394/2025

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP–CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### 2. Damo-nospor NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Prefeitura Municipal de Rio das Pedras, ... de ... de 2025.

### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

Nome: Marcos Buzetto

Cargo: Prefeito

CPF: 123.691.028-10

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Marcos Buzetto

Cargo: Prefeito

CPF: 123.691.028-10

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

### **Pelo contratante:**

Nome: Marcos Buzetto

Cargo: Prefeito

CPF: 123.691.028-10

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **Pela contratado:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

## **ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução n.º 11/2021).





# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

## ANEXO III

### Modelo de Declaração Unificada

**Pregão Eletrônico nº. .../2025**

**Processo Administrativo nº 2394/2025**

#### **A LICITANTE (NOME),**

Declara para os devidos fins, nunca ter sido declarada inidônea para licitar e celebrar contratos com a administração pública, e que está de acordo com as exigências do presente Edital;

Declara sob as penalidades da lei, que não existe fato superveniente impeditivo contra sua habilitação, assim como se obriga a declarar a ocorrência de fatos futuros;

Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal de 1988. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( );

(Obs:em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Declara que cumpre os requisitos de Habilitação.

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº.....

é microempresa ou empresa de pequeno porte (manter uma das opções anteriores, somente), nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão (somente declarar se a empresa se enquadrar no porte de microempresa ou empresa de pequeno porte).

(Local e data).....

(Representante legal



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

## ANEXO IV

### Modelo de Proposta Comercial

**Pregão Eletrônico nº. .../2025**

**Processo Administrativo nº. 2394/2025**

(A ser elaborado em papel timbrado da licitante)

A licitante....., estabelecida na....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., propõe à  
Prefeitura  
do Município de Rio das Pedras (SP), em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em epígrafe, executar  
o serviço conforme descrição abaixo:

Valor Total da proposta: R\$..... (por extenso).

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública do  
pregão.

Dados do responsável pela assinatura do contrato:

Nome:

Profissão:.....

CPF nº:.....

.....de.....de.....

---

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

## ANEXO V

### Modelo de Declaração Capacidade Financeira

**Pregão Eletrônico nº. .../2025**  
**Processo Administrativo nº 2394/2025**

Declaro para os devidos fins, que nesta data, a empresa (preencher a razão social), inscrita no CNPJ ..... (preencher com o número do CNPJ), apresenta capacidade financeira suficiente para o cumprimento do Contrato, conforme previsto no Art. 69, §1º da Lei 14.133/2021.

#### **Data, local.**

Nome do contador responsável:

Assinatura do contador responsável:

CRC número:



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

## ANEXO VI

### Análise Contábil Financeira

Pregão Eletrônico nº. .../2025  
Processo Administrativo nº. 2394/2025

Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_

### ÍNDICES DE AVALIAÇÃO

| 1-LIQUIDEZ CORRENTE               | 2-LIQUIDEZ GERAL                                                                          |  |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|--|
|                                   |                                                                                           |  |
| 1-LIQUIDEZ<br>CORRENTE:<br><br>C= | ATIVO CIRCULANTE PASSIVO CIRCULANTE                                                       |  |
| 2-LIQUIDEZ<br>GERAL:<br><br>G=    | ATIVO CIRCULANTE+REALIZÁVEL A LONGO<br>PRAZO PASSIVO CIRCULANTE+EXIGÍVEL A LONGO<br>PRAZO |  |

Data: / /

Nome do representante legal da empresa:

Assinatura do representante legal da empresa:



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

## ANEXO VII

### Projetos de Engenharia e Planilha Orçamentária

Pregão Eletrônico nº .../2025  
Processo Administrativo nº 2394/2025





## BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS

**Secretaria de Obras (SEMEO)**

REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IMMACULADA GRECCO CIVOLANI

**BDI Geral:**

19,85%

**Encargo Social Mensalista:**

47,74%

**Data:**

45868

**Bancos:**

SINAPI 06/2025 - CDHU 06/2025 - SIURB 01/2025 - São Paulo

**BDI Equipamentos:**

14,45%

**Encargo Social Horista:**

85,80%

**Revisão:**

00

Fórmula (Bonificações e Despesas Indiretas):

$$BDI = \left[ \frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

| ITEM | DESCRIÇÃO             | CÓD | GERAL<br>VALORES PROPOSTOS (%) | EQUIPAMENTOS<br>VALORES PROPOSTOS (%) |
|------|-----------------------|-----|--------------------------------|---------------------------------------|
| 1    | Administração Central | AC  | 3,00%                          | 1,50%                                 |
| 2    | Riscos                | R   | 0,97%                          | 0,56%                                 |
| 3    | Seguros e Garantias   | SG  | 0,80%                          | 0,30%                                 |
| 4    | Despesas Financeiras  | DF  | 0,59%                          | 0,85%                                 |
| 5    | Lucro                 | L   | 6,16%                          | 3,50%                                 |
| 6    | Impostos              | I   | 6,65%                          | 6,65%                                 |
| 6.1  | PIS                   |     | 0,65%                          | 0,65%                                 |
| 6.2  | COFINS                |     | 3,00%                          | 3,00%                                 |
| 6.3  | ISSQN                 |     | 3,00%                          | 3,00%                                 |
| 6.4  | CPRB                  |     | 0,00%                          | 0,00%                                 |
| BDI  |                       |     | 19,85%                         | 14,45%                                |

**FONTE:**

- Tribunal de Contas da União - TC 036.076/2011-2 - Acórdão N° 2622/2013
- ISS conforme a Lei Complementar 116/2003 e a Lei 11.438/1997 da Prefeitura Municipal de São Paulo. A responsabilidade pela adequação do ISS às normas vigentes no município cabe a cada ente competente.  
Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 5%.
- Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

**NOTAS:**

- Deverão ser obedecidas as legislações trabalhistas e tributária vigentes, inclusive acordos de classes, sob pena de desclassificação da Proposta de Preços;
- É de responsabilidade da proponente a adequação de todas as fórmulas utilizadas na planilha orçamentária.

**RICARDO PEIXOTO  
DOS SANTOS**

Assinado de forma digital por  
RICARDO PEIXOTO DOS SANTOS  
Dados: 2025.07.30 13:42:09 -03'00'

Ricardo Peixoto  
Engenheiro Civil - CREA 5070047301



## CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

|                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                            |                                                            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| <b>Secretaria de Obras (SEMEO)</b><br>REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IMMACULADA GRECCO<br>CIVOLANI<br><b>Bancos:</b><br>SINAPI 06/2025 - CDHU 06/2025 - SIURB 01/2025 - São Paulo | <b>BDI Geral:</b><br>19,85%<br><b>Encargo Social Mensalista:</b><br>47,74%<br><b>BDI Equipament:</b><br>14,45%<br><b>Encargo Social Horista:</b><br>85,80% | <b>Data:</b><br>04/08/2025<br><b>Revisão:</b><br><b>00</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|

| Cronograma Físico e Financeiro |                         |                       |                     |                      |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                      |
|--------------------------------|-------------------------|-----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Item                           | Descrição               | Total Por Etapa       | MES 01              | MES 02               | MES 03              | MES 04              | MES 05              | MES 06              | MES 07              | MES 08              | MES 09              | MES 10               |
| 1                              | Serviços Preliminares   | 100,00%<br>2.559,60   | 100,00%<br>2.559,60 |                      |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                      |
| 2                              | Demolições              | 100,00%<br>17.292,87  |                     | 100,00%<br>17.292,87 |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                      |
| 3                              | Cobertura               | 100,00%<br>188.894,68 |                     |                      | 25,00%<br>47.223,67 | 25,00%<br>47.223,67 | 25,00%<br>47.223,67 | 25,00%<br>47.223,67 |                     |                     |                     |                      |
| 4                              | Climatização            | 100,00%<br>100.535,21 |                     |                      | 25,00%<br>25.133,80 | 25,00%<br>25.133,80 | 25,00%<br>25.133,80 | 25,00%<br>25.133,80 |                     |                     |                     |                      |
| 5                              | Pisos                   | 100,00%<br>66.835,10  |                     |                      |                     |                     |                     |                     | 50,00%<br>33.417,55 | 50,00%<br>33.417,55 |                     |                      |
| 6                              | Esquadrias              | 100,00%<br>13.146,92  |                     |                      |                     |                     |                     |                     | 50,00%<br>6.573,46  | 50,00%<br>6.573,46  |                     |                      |
| 7                              | Forno de PVC            | 100,00%<br>58.864,24  |                     |                      |                     |                     |                     |                     | 50,00%<br>29.432,12 | 50,00%<br>29.432,12 |                     |                      |
| 8                              | Pintura                 | 100,00%<br>120.832,40 |                     |                      |                     |                     |                     |                     |                     |                     | 50,00%<br>60.416,20 | 50,00%<br>60.416,20  |
| 9                              | Serviços Complementares | 100,00%<br>11.295,86  |                     |                      |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     | 100,00%<br>11.295,86 |
| Porcentagem                    |                         |                       | 0,44%               | 2,98%                | 12,47%              | 12,47%              | 12,47%              | 12,47%              | 11,96%              | 11,96%              | 10,41%              | 12,36%               |
| Custo                          |                         |                       | 2.559,60            | 17.292,87            | 72.357,47           | 72.357,47           | 72.357,47           | 72.357,47           | 69.423,13           | 69.423,13           | 60.416,20           | 71.712,06            |
| Porcentagem Acumulado          |                         |                       | 0,44%               | 3,42%                | 15,89%              | 28,36%              | 40,83%              | 53,3%               | 65,27%              | 77,23%              | 87,64%              | 100,0%               |
| Custo Acumulado                |                         |                       | 2.559,60            | 19.852,47            | 92.209,94           | 164.567,41          | 236.924,88          | 309.282,35          | 378.705,48          | 448.128,61          | 508.544,81          | 580.256,88           |

RICARDO PEIXOTO  
DOS SANTOS

Assinado de forma digital por  
RICARDO PEIXOTO DOS SANTOS  
Dados: 2025.08.04 10:08:37 -03'00'

ENG. RICARDO PEIXOTO  
RESPONSÁVEL TÉCNICO  
Engenheiro Civil - CREA 5070047301

MARCOS BUZZETTO  
RESPONSÁVEL TOMADOR  
PREFEITO MUNICIPAL



## CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

|                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                            |                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| <b>Secretaria de Obras (SEMEO)</b><br>REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IMMACULADA GRECCO<br>CIVOLANI<br><b>Bancos:</b><br>SINAPI 06/2025 - CDHU 06/2025 - SIURB 01/2025 - São Paulo | <b>BDI Geral:</b><br>19,85%<br><b>Encargo Social Mensalista:</b><br>47,74%<br><b>BDI Equipament:</b><br>14,45%<br><b>Encargo Social Horista:</b><br>85,80% | <b>Data:</b><br>04/08/2025<br><b>Revisão:</b><br>00 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|

| Cronograma Físico e Financeiro |                         |                       |                     |                      |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                      |
|--------------------------------|-------------------------|-----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Item                           | Descrição               | Total Por Etapa       | MES 01              | MES 02               | MES 03              | MES 04              | MES 05              | MES 06              | MES 07              | MES 08              | MES 09              | MES 10               |
| 1                              | Serviços Preliminares   | 100,00%<br>2.559,60   | 100,00%<br>2.559,60 |                      |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                      |
| 2                              | Demolições              | 100,00%<br>17.292,87  |                     | 100,00%<br>17.292,87 |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                      |
| 3                              | Cobertura               | 100,00%<br>188.894,68 |                     |                      | 25,00%<br>47.223,67 | 25,00%<br>47.223,67 | 25,00%<br>47.223,67 | 25,00%<br>47.223,67 |                     |                     |                     |                      |
| 4                              | Climatização            | 100,00%<br>100.535,21 |                     |                      | 25,00%<br>25.133,80 | 25,00%<br>25.133,80 | 25,00%<br>25.133,80 | 25,00%<br>25.133,80 |                     |                     |                     |                      |
| 5                              | Pisos                   | 100,00%<br>66.835,10  |                     |                      |                     |                     |                     |                     | 50,00%<br>33.417,55 | 50,00%<br>33.417,55 |                     |                      |
| 6                              | Esquadrias              | 100,00%<br>13.146,92  |                     |                      |                     |                     |                     |                     | 50,00%<br>6.573,46  | 50,00%<br>6.573,46  |                     |                      |
| 7                              | Forno de PVC            | 100,00%<br>58.864,24  |                     |                      |                     |                     |                     |                     | 50,00%<br>29.432,12 | 50,00%<br>29.432,12 |                     |                      |
| 8                              | Pintura                 | 100,00%<br>120.832,40 |                     |                      |                     |                     |                     |                     |                     |                     | 50,00%<br>60.416,20 | 50,00%<br>60.416,20  |
| 9                              | Serviços Complementares | 100,00%<br>11.295,86  |                     |                      |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     | 100,00%<br>11.295,86 |
| Porcentagem                    |                         |                       | 0,44%               | 2,98%                | 12,47%              | 12,47%              | 12,47%              | 12,47%              | 11,96%              | 11,96%              | 10,41%              | 12,36%               |
| Custo                          |                         |                       | 2.559,60            | 17.292,87            | 72.357,47           | 72.357,47           | 72.357,47           | 72.357,47           | 69.423,13           | 69.423,13           | 60.416,20           | 71.712,06            |
| Porcentagem Acumulado          |                         |                       | 0,44%               | 3,42%                | 15,89%              | 28,36%              | 40,83%              | 53,3%               | 65,27%              | 77,23%              | 87,64%              | 100,0%               |
| Custo Acumulado                |                         |                       | 2.559,60            | 19.852,47            | 92.209,94           | 164.567,41          | 236.924,88          | 309.282,35          | 378.705,48          | 448.128,61          | 508.544,81          | 580.256,88           |

RICARDO PEIXOTO  
DOS SANTOS

Assinado de forma digital por  
RICARDO PEIXOTO DOS SANTOS  
Dados: 2025.08.04 10:08:37 -03'00'

ENG. RICARDO PEIXOTO  
RESPONSÁVEL TÉCNICO  
Engenheiro Civil - CREA 5070047301

MARCOS BUZZETTO  
RESPONSÁVEL TOMADOR  
PREFEITO MUNICIPAL

# Memorial de Cálculo

## Orçamento Consolidado – Reforma da Escola Immaculada Grecco Civolani (Rio das Pedras/SP)

Os dados de base provêm dos desenhos e levantamentos deste projeto e foram registrados na planilha orçamentária sintética da obra. As composições seguem os mesmos códigos, descrições e valores unitários padrão (SINAPI, CPOS/CDHU, SIURB) já presentes na planilha. Os quantitativos consolidados inseridos na coluna “Quant.” da aba “Orçamento Sintético” são detalhados a seguir, com a justificativa de cálculo de cada item:

### 1. Serviços Preliminares

- **1.1.1 Placa de obra** – SINAPI 103689 – **Unidade:** m<sup>2</sup> – **Quantidade:** 4,50 m<sup>2</sup>.

**Descrição:** Fornecimento e instalação de placa de obra em chapa galvanizada com estrutura de madeira.

**Cálculo:** Considerou-se 1 placa de obra para identificação da reforma, com dimensão aproximada de 3,0 x 1,5 m, resultando em uma área de cerca de 4,50 m<sup>2</sup>. Esse valor segue o padrão usual de placas de obra conforme exigências municipais e está embasado nas dimensões previstas em projeto.

### 2. Demolições

- **2.1 Remoção de portas** – SINAPI 97644 – **Unidade:** m<sup>2</sup> – **Quantidade:** 36,12 m<sup>2</sup>.

**Descrição:** Remoção de portas existentes, de forma manual, sem reaproveitamento dos materiais (portas e batentes desmontados e descartados).

**Cálculo:** Corresponde à área total das folhas de portas a serem removidas, conforme o projeto de reforma. O quantitativo de 36,12 m<sup>2</sup> equivale aproximadamente à soma das áreas de cerca de 22 portas existentes. Por exemplo, considerando portas internas de duas dimensões típicas (aprox. 4 unidades de 0,70 x 2,10 m, cada uma com ~1,47 m<sup>2</sup>, e 18 unidades de 0,80 x 2,10 m, com ~1,68 m<sup>2</sup> cada), obtém-se uma área total na ordem de 36 m<sup>2</sup>. Esse levantamento foi feito a partir das aberturas indicadas nas plantas arquitetônicas, abrangendo todas as portas que serão substituídas.

- **2.2 Remoção de forros** – SINAPI 97640 – **Unidade:** m<sup>2</sup> – **Quantidade:** 593,27 m<sup>2</sup>.

**Descrição:** Remoção de forros existentes (materiais diversos, como drywall, PVC ou fibromineral), executada manualmente e sem reaproveitamento do material removido. Inclui desmontagem das estruturas de fixação do forro.

**Cálculo:** Área total de forro a ser removido estimada em 593,27 m<sup>2</sup>, equivalente à área coberta de todos os ambientes internos da escola. Esse valor foi obtido pela soma das superfícies de forro sobre cada sala e dependência, conforme indicado no projeto arquitetônico (basicamente, coincide com a área construída interna). Em outras palavras, toda a extensão do teto existente (salas de aula, corredores, salas administrativas, sanitários etc.) terá o forro antigo removido, totalizando cerca de 593 m<sup>2</sup>.

- **2.3 Demolição de revestimentos cerâmicos** – SINAPI 97634 – **Unidade:** m<sup>2</sup> – **Quantidade:** 842,47 m<sup>2</sup>.

**Descrição:** Demolição mecanizada (com martelo) dos revestimentos cerâmicos existentes, sem possibilidade de reaproveitamento dos materiais. Abrange a remoção tanto de pisos cerâmicos quanto de azulejos/revestimentos em paredes.

**Cálculo:** Área total de revestimentos cerâmicos a demolir, calculada em aproximadamente 842,47 m<sup>2</sup>. Esse quantitativo inclui: (a) os pisos cerâmicos antigos de todos os ambientes, somando cerca de 648,83 m<sup>2</sup> (equivalente à soma das áreas de piso das salas de aula, corredores, cozinha, refeitório e demais espaços internos, conforme projeto – por exemplo, cada sala de aula ~49,70 m<sup>2</sup>, refeitório ~52,42 m<sup>2</sup>, etc.); e (b) os revestimentos cerâmicos nas paredes dos ambientes úmidos, como banheiros, cozinha e áreas de serviço, estimados em torno de 193,20 m<sup>2</sup> (considerando o perímetro e altura total dessas paredes indicadas no projeto = 64,40m x 3m<sup>2</sup>). Ao somar pisos e paredes revestidas, obtém-se aproximadamente 842 m<sup>2</sup> de revestimento a ser removido. Esse valor reflete fielmente os quantitativos levantados no projeto arquitetônico para revestimentos existentes que serão substituídos.

- **2.4 Remoção de tesouras de madeira** – SINAPI 97651 – **Unidade:** un – **Quantidade:** 20 un.

**Descrição:** Remoção manual de tesouras de madeira existentes, com vão inferior a 8,0 m, sem reaproveitamento.

**Cálculo:** Remoção de 20 unidades de tesouras existentes na cobertura. O número de 20 unidades foi estimado a partir do desenho arquitetônico do telhado, que apresenta 20 linhas de estrutura (tesouras) a serem retiradas (espaçamento de 5m por linha de tesoura 100m / 5m = 20 linhas). Cada tesoura removida corresponde posteriormente a uma nova estrutura a ser instalada (ver item 3.1). Assim, o quantitativo simplesmente reflete a contagem dos elementos estruturais de telhado atuais que serão demolidos durante a reforma.

- **2.5 Carga, manobra e descarga de entulho** – SINAPI 100982 – **Unidade:** m<sup>3</sup> – **Quantidade:** 34,6944 m<sup>3</sup>.

**Descrição:** Carga dos entulhos provenientes das demolições em caminhão basculante de 10 m<sup>3</sup>, com auxílio de escavadeira hidráulica, incluindo manobras internas no canteiro e descarga livre do material em local apropriado.

**Cálculo:** Para a estimativa do volume de entulho gerado pelos serviços de remoção e demolição descritos, foram considerados os seguintes itens: Remoção de Portas: A área total de remoção de portas é de 36,12 m<sup>2</sup>. Considerando uma espessura média de 0,04 m (4 cm) para cada porta, o volume de entulho gerado é estimado em 1,4448 m<sup>3</sup>. Remoção de Forros de Drywall, PVC e Fibromineral: A área total de remoção dos forros é de 593,27 m<sup>2</sup>. Para o material drywall, com espessura média de 0,012 m (12 mm), o volume gerado é de 7,1192 m<sup>3</sup>. Para os materiais PVC e fibromineral, com espessura média de 0,015 m (15 mm), o volume é de 8,899 m<sup>3</sup>. Assim, o volume total gerado pela remoção dos forros é de 16,0182 m<sup>3</sup>. Demolição de Revestimento Cerâmico: A área total de demolição do revestimento cerâmico é de 842,47 m<sup>2</sup>. Considerando uma espessura média de 0,02 m (20 mm), o volume de entulho gerado é estimado em 16,8494 m<sup>3</sup>. Remoção de Tesouras Metálicas: A remoção de 20 unidades de tesouras metálicas, com peso médio de 150 kg por unidade, gera um volume de aproximadamente 0,0191 m<sup>3</sup> por tesoura. Portanto, o volume total para as 20 tesouras é estimado em 0,382 m<sup>3</sup>. Volume Total Estimado de Entulho: A soma dos volumes de todos os itens resulta em um volume total de aproximadamente 34,69 m<sup>3</sup>.

- **2.6 Transporte de entulho** – SINAPI 95875 – **Unidade:** m<sup>3</sup>×km – **Quantidade:** 693,888 m<sup>3</sup>×km.

**Descrição:** Transporte dos resíduos (entulho das demolições) por caminhão basculante de 10 m<sup>3</sup>, em percurso por via urbana pavimentada, com distância média (DMT) de até 30 km até o local de despejo final.

**Cálculo:** Considerou-se uma distância média de transporte de aproximadamente 20 km do canteiro de obras até o botá-fora/licenciamento de despejo dos entulhos. Assim, a quantidade



de serviço é calculada pelo produto  $\text{volume} \times \text{distância}$ :  $34,6944 \text{ m}^3 \times 20 \text{ km} \approx 693,888 \text{ m}^3 \times \text{km}$ .

Esse valor reflete o deslocamento necessário para remover todo o entulho gerado, de acordo com a estimativa de volume obtida no item anterior e a distância média adotada conforme a logística do projeto.

### 3. Cobertura

- **3.1 Fabricação e instalação de tesouras (estrutura de telhado) – SINAPI 92590 – Unidade:** un – **Quantidade:** 20 un.

**Descrição:** Fabricação e instalação de tesoura inteira em madeira, vão aproximado de 7,0 m, para estrutura de telhado com telha cerâmica, incluindo içamento e fixação.

**Cálculo:** Serão instaladas 20 novas tesouras na cobertura, conforme o projeto do telhado. A quantidade de 20 unidades coincide com o número de tesouras removidas (vide item 2.4), uma vez que a reforma prevê a reposição integral de cada estrutura de empena do telhado antigo por uma nova estrutura de mesmas características dimensionais. Em resumo, para cada tesoura retirada, uma nova tesoura em aço será fabricada e montada, totalizando 20 unidades em toda a edificação.

- **3.2 Reforço e reaproveitamento da estrutura de madeira – Código Próprio – Unidade:** m<sup>2</sup> – **Quantidade:** 1.035,97 m<sup>2</sup>.

**Descrição:** Reforço e aproveitamento da estrutura de madeira existente na cobertura do edifício, incluindo tratamentos e complementações necessárias para adequar as peças estruturais de madeira (caibros, terças, ripas, etc.) às novas condições do telhado.

**Cálculo:** Corresponde à área total da cobertura em que haverá intervenção na estrutura de madeira, estimada em **1.035,97 m<sup>2</sup>** (valor equivalente à projeção horizontal de todo o telhado). Esse número advém do projeto de cobertura: ao se calcular a área coberta pelas novas telhas (ver item 3.3), obtém-se cerca de 1.035,97 m<sup>2</sup>, que é justamente a área em que as estruturas de madeira subjacentes estão presentes. Todo esse telhado existente em madeira será aproveitado na reforma, porém recebendo reforços nos pontos necessários (como troca de peças danificadas, colocação de escoras ou pontaletes adicionais, reforço de ligações), por isso considera-se a área total como escopo do serviço de reforço. Em suma, toda a extensão do telhado em madeira – correspondente a ~1.036 m<sup>2</sup> – será objeto desse trabalho de recuperação estrutural.

- **3.3 Revisão geral de telhados de barro – SIURB 6080001 – Unidade:** m<sup>2</sup> – **Quantidade:** 1.035,97 m<sup>2</sup>.

**Descrição:** Revisão geral das coberturas com telhas de barro (cerâmicas), incluindo verificação de peças quebradas, recomposição de acomodação das telhas, fixação e vedação de eventuais pontos de goteira.

**Cálculo:** A área total de telhado cerâmico a ser revista é de **1.035,97 m<sup>2</sup>**, correspondendo a 100% da cobertura existente da escola (mesmo valor considerado no item anterior). Essa metragem abrange todas as águas do telhado mostradas no projeto arquitetônico. O procedimento de revisão geral consiste em inspecionar e corrigir toda essa extensão: as telhas atuais serão recolocadas corretamente, substituindo-se as danificadas, e serão feitos os ajustes necessários (como reinstalação de cumeeiras, rufos, aplicação de silicone ou argamassa em pontos de infiltração). Assim, a quantidade em m<sup>2</sup> equivale à cobertura inteira da edificação, conforme levantada em planta, garantindo que nenhum trecho do telhado deixe de ser verificado.

- **3.4 Telhamento com telha cerâmica capa-canal (colonial) – SINAPI 94201 – Unidade:** m<sup>2</sup> – **Quantidade:** 103,597 m<sup>2</sup>.

**Descrição:** Execução de telhamento com telha cerâmica tipo capa-canal (modelo colonial), até 2

águas, incluindo transporte vertical das telhas até o telhado e sua instalação. (Este item refere-se à colocação de telhas novas em substituição às antigas, onde necessário.)

**Cálculo:** Foi prevista a troca de aproximadamente **10%** das telhas existentes. Considerando a área total da cobertura (~1.035,97 m<sup>2</sup>), estima-se que **103,597 m<sup>2</sup>** de telhas novas serão fornecidos e assentados para reposição. Esse quantitativo corresponde, por exemplo, à substituição de telhas quebradas, trincadas ou ausentes identificadas durante a vistoria – cerca de um décimo do telhado. Em termos de cobertura, 103,60 m<sup>2</sup> equivalem a aproximadamente 10% da área total, proporção adotada com base na experiência em reformas similares e nas observações do projeto que indicam a necessidade de renovar parte das telhas cerâmicas.

- **3.5 Subcobertura com manta plástica aluminizada** – SINAPI 94226 – **Unidade:** m<sup>2</sup> – **Quantidade:** 1.035,97 m<sup>2</sup>.

**Descrição:** Instalação de subcobertura com manta plástica revestida por película de alumínio sob o telhado cerâmico, incluindo fixação e sobreposição adequada, com transporte vertical do material até o local de aplicação.

**Cálculo:** A área de aplicação da subcobertura corresponde à **totalidade da cobertura** da edificação, ou seja, **1.035,97 m<sup>2</sup>**. Toda a extensão do telhado receberá a manta aluminizada sob as telhas, conforme indicado em projeto para melhora do desempenho térmico e impermeabilização secundária. O quantitativo em m<sup>2</sup> foi obtido diretamente da área do telhado representada em planta (mesmo valor já citado nos itens anteriores), considerando que cada metro quadrado de telhado será coberto pela membrana plástica antes da recolocação das telhas.

- **3.6 Calhas em chapa de aço galvanizado nº 24** – SINAPI 94228 – **Unidade:** m – **Quantidade:** 193,64 m.

**Descrição:** Fornecimento e instalação de calha metálica em chapa de aço galvanizado #24 (espessura fina), com desenvolvimento (largura plana) de 50 cm, para coleta de águas pluviais no beiral do telhado. Inclui fixação, nivelamento para escoamento e arremates, com transporte vertical das calhas.

**Cálculo:** Comprimento total de calhas necessárias na nova cobertura, conforme o projeto de telhado, totalizando **193,64 m**. Esse valor foi determinado a partir do somatório de todos os trechos de beirais onde há calhas indicadas. Em planta de cobertura, estão previstas calhas contínuas ao longo de todos os panos de telhado adjacentes às áreas de drenagem; ao medir esses segmentos no desenho (perímetros das coberturas), obtém-se aproximadamente 193,6 metros lineares. O quantitativo contempla calhas em todos os lados do edifício que requerem coleta de água de chuva, garantindo o escoamento adequado para os condutores verticais.

- **3.7 Tubos PVC Ø 100 mm (condutores verticais)** – SINAPI 89578 – **Unidade:** m – **Quantidade:** 40 m.

**Descrição:** Instalação de tubos de PVC rígido série R, diâmetro nominal 100 mm, para condutores verticais de águas pluviais (queda d'água). Inclui peças e conexões necessárias para fixar os tubos em fachadas ou colunas e interligá-los às calhas superiores e às caixas coletoras inferiores.

**Cálculo:** Comprimento total dos condutores verticais de água pluvial estimado em **40 m**. De acordo com o projeto de drenagem do telhado, estão previstas 8 descidas verticais (pontos de queda) distribuídas ao redor do prédio, cada uma com aproximadamente 5 m de altura, conectando as calhas às caixas de coleta no solo. Assim, 8 condutores × ~5 m cada resulta em cerca de 40 m de tubulação PVC Ø100 a instalar. Esse quantitativo cobre todas as descidas de calha mostradas no projeto, assegurando que a água captada pelas calhas percorra os tubos até o nível do terreno.

- **3.8 Tubos PVC Ø 150 mm (ramal de drenagem enterrado)** – SINAPI 104166 – **Unidade:** m – **Quantidade:** 30 m.

**Descrição:** Fornecimento e instalação de tubulação de PVC série R, diâmetro nominal 150 mm, para ramais horizontais de encaminhamento de águas pluviais, enterrados no solo. Inclui escavação em valeta, assentamento com caimento adequado, envelopamento/cobertura e reaterro.

**Cálculo:** Aproximadamente **30 m** de tubulação Ø150 mm serão instalados, conforme o traçado definido no projeto de drenagem para interligar as caixas coletoras de água pluvial à rede de destino final. Esse comprimento total foi obtido medindo-se, em planta de locação/ infraestrutura, os trechos de tubos horizontais entre as 8 caixas de passagem (ver item 3.9) e o ponto de lançamento (provável galeria de águas pluviais ou descarte adequado). O valor de 30 m abrange todos os ramais necessários para conduzir a água das descidas até o ponto de saída do terreno, segundo o arranjo do projeto.

- **3.9 Caixas de inspeção de drenagem (0,60 x 0,60 x 0,60 m)** – SINAPI 99260 – **Unidade:** un – **Quantidade:** 8 un.

**Descrição:** Execução de caixas enterradas em alvenaria para drenagem pluvial, seção interna aproximadamente 0,6 m × 0,6 m e profundidade 0,6 m, incluindo fundo em concreto simples e tampa tipo grelha ou cega conforme especificação.

**Cálculo:** Total de **8 unidades** de caixas coletoras/inspeção previsto no sistema de águas pluviais do projeto. Esse quantitativo decorre da necessidade de uma caixa por condutor vertical de água de chuva: como foram contabilizados 8 pontos de descida de calha (item 3.7), há 8 caixas de alvenaria correspondentes no pé dessas descidas, para receber e distribuir a água aos ramais de drenagem subterrâneos. A planta de situação e detalhes de drenagem da escola confirma a existência de 8 pontos de coleta, totalizando 8 caixas a serem construídas.

## 4. Climatização (Instalações de Ar Condicionado)

- **4.1 Aparelho de ar condicionado 36.000 BTU/h** – SINAPI 103262 – **Unidade:** un – **Quantidade:** 8 un.

**Descrição:** Instalação de aparelho de ar condicionado tipo Split (modelo piso-teto), capacidade de 36.000 BTU/h, ciclo frio, incluindo fornecimento do equipamento e todos os componentes de fixação, tubulação frigorígena, isolamento, drenagem e ligação elétrica necessários para pleno funcionamento.

**Cálculo:** Prevista a instalação de **8 unidades** de ar-condicionado, de acordo com o projeto de climatização da escola. Esse número corresponde à climatização das principais salas: foram destinados aparelhos para cada uma das salas amplas identificadas no projeto (por exemplo, salas de aula, sala de informática e outros ambientes de maior carga térmica). Cada um dos 8 aparelhos de 36.000 BTU/h atenderá a um ambiente específico. A quantidade foi extraída da legenda do projeto de instalações, que especifica a necessidade de 8 equipamentos no total.

- **4.2 Disjuntores bipolares 32 A (cada)** – SINAPI 93664 – **Unidade:** un – **Quantidade:** 8 un.

**Descrição:** Fornecimento e instalação de disjuntor termomagnético bipolar, padrão DIN, corrente nominal 32 A, para proteção elétrica dos circuitos dos aparelhos de ar-condicionado. Inclui montagem em quadro de distribuição ou caixa adequada, conexão dos cabos e teste.

**Cálculo:** Foram considerados **8 disjuntores** bipolares de 32 A, um para cada um dos 8 aparelhos de ar condicionado instalados. Cada equipamento de climatização deve ter um circuito dedicado, protegido por um disjuntor específico. Assim, com 8 aparelhos, resultam 8 disjuntores de 32 A. A quantidade deriva diretamente do número de unidades de ar condicionado a serem instaladas, garantindo proteção individual para cada circuito.

- **4.3 Quadro de distribuição (12 disjuntores)** – SINAPI 101875 – **Unidade:** un – **Quantidade:** 1 un.

**Descrição:** Fornecimento e instalação de quadro de distribuição em chapa de aço galvanizado, de embutir, equipado com barramento trifásico e capacidade para 12 disjuntores padrão DIN (até 100 A). Inclui montagem completa do quadro, barramentos terra e neutro, porta com fechadura, etc.

**Cálculo:** **1 unidade** de quadro de distribuição adicional está prevista para acomodar os novos circuitos de climatização. Todos os disjuntores dos aparelhos de ar condicionado serão centralizados em um quadro específico. Como somente um novo quadro é necessário para atender às 8 cargas de AC, o quantitativo é um único quadro de embutir (com espaço suficiente para até 12 disjuntores, conforme o dimensionamento previsto). Essa informação consta do memorial e planta elétrica, onde há indicação de instalação de um quadro exclusivo para os equipamentos de ar condicionado.

- **4.4 Disjuntor tripolar 125 A** – SINAPI 101895 – **Unidade:** un – **Quantidade:** 1 un.

**Descrição:** Fornecimento e instalação de disjuntor termomagnético tripolar, corrente nominal 125 A, para proteção geral do novo circuito de climatização ou alimentação principal do quadro de distribuição de ar-condicionado.

**Cálculo:** **1 unidade** de disjuntor tripolar 125 A foi considerada para seccionar e proteger a entrada de energia que alimentará os aparelhos de ar condicionado em conjunto. Tipicamente, esse disjuntor de maior amperagem é instalado na origem do ramal de climatização (por exemplo, no quadro geral ou no próprio quadro novo como dispositivo geral) para suportar a corrente total somada dos 8 equipamentos. Assim, apenas um disjuntor dessa capacidade é necessário, de acordo com a carga instalada calculada e a solução de alimentação projetada.

- **4.5 Cabo de cobre 6 mm<sup>2</sup> (circuitos terminais)** – SINAPI 91931 – **Unidade:** m – **Quantidade:** 500 m.

**Descrição:** Fornecimento e instalação de cabos elétricos de cobre, flexíveis, seccionados em 6 mm<sup>2</sup>, isolamento 750 V (0,6/1 kV), anti-chama, para ligação dos circuitos terminais dos aparelhos de ar condicionado. Os cabos incluem fase, neutro e terra conforme necessidade, e serão passados por eletrodutos até os pontos de consumo.

**Cálculo:** Comprimento total estimado de **500 m** de cabos 6 mm<sup>2</sup> para interligação elétrica dos equipamentos de AC. Esse valor foi obtido a partir do trajeto médio da fiação desde o quadro de climatização até cada aparelho, multiplicado pelo número de equipamentos. Por exemplo, supondo um percurso médio de ~60–65 m de cabos para alimentar cada ar-condicionado (considerando ida e volta dos condutores fase+neutro e condutor de proteção, e o caminho pelos forros e paredes até a unidade interna/externa), para 8 aparelhos chega-se a aproximadamente 500 m de cabos no total. O projeto elétrico detalha os comprimentos de cada ramal, cujo somatório resulta nesse valor, garantindo que haja cablagem suficiente para todos os circuitos terminais de climatização.

- **4.6 Cabo de cobre 25 mm<sup>2</sup> (alimentação enterrada)** – SINAPI 92984 – **Unidade:** m – **Quantidade:** 200 m.

**Descrição:** Fornecimento e instalação de cabo de cobre flexível, seção 25 mm<sup>2</sup>, isolado 0,6/1 kV anti-chama, destinado à rede de alimentação elétrica principal (trechos enterrados ou subterrâneos) para o sistema de climatização. Inclui lançamento do cabo em eletroduto subterrâneo, conexões nas extremidades e testes.

**Cálculo:** Aproximadamente **200 m** de cabo 25 mm<sup>2</sup> serão utilizados para conectar o quadro de climatização à fonte de alimentação existente. De acordo com o projeto, foi necessário prever um novo alimentador trifásico de média capacidade para suprir os 8 aparelhos de ar

condicionado. Esse cabo de seção maior percorre desde o quadro geral (ou ponto de derivação na rede externa) até o novo quadro de AC. A metragem de 200 m considera o trecho de ida e retorno entre essas instalações, incluindo folgas e derivações, conforme o caminho definido em planta (que pode incluir passagem por canalização subterrânea no pátio, eletrodutos enterrados ou em eletrocalhas técnicas). Em suma, a distância total coberta pelos cabos de 25 mm<sup>2</sup> até ligar o sistema de climatização à rede é da ordem de 200 metros.

- **4.7 Eletroduto flexível PVC Ø 25 mm (forro) – SINAPI 91835 – Unidade: m – Quantidade: 160 m.**

**Descrição:** Instalação de eletroduto flexível corrugado reforçado em PVC, diâmetro nominal 25 mm (3/4"), para passagem dos cabos elétricos dos circuitos terminais de ar condicionado nos trechos em forro ou teto falso. Inclui fixação da tubulação flexível conforme necessidade e curvaturas apropriadas.

**Cálculo:** Total de **160 m** de eletrodutos DN25 previstos, com base no quantitativo de cabos a distribuir pelos forros. Considerou-se, em média, 20 m de conduíte para cada aparelho de ar condicionado × 8 aparelhos = 160 m. Esse valor cobre o caminho desde o quadro de distribuição de AC até a proximidade de cada equipamento, passando pelo entreforro/linha de teto de cada sala. O levantamento do projeto de instalações aparentes indica os percursos individuais dos conduítes, cujo somatório atinge aproximadamente 160 metros de tubulação plástica flexível de 25 mm.

- **4.8 Eletroduto flexível PVC Ø 32 mm (forro) – SINAPI 91837 – Unidade: m – Quantidade: 30 m.**

**Descrição:** Instalação de eletroduto flexível corrugado reforçado em PVC, diâmetro nominal 32 mm (1"), para passagem de cabos elétricos em circuitos de climatização que demandem bitolas maiores ou consolidem vários condutores, nos trechos em forro.

**Cálculo:** Foram considerados **30 m** de eletroduto DN32 mm nos pontos específicos em que a seção de cabos ou o feixe de condutores exige um diâmetro maior de conduíte. Conforme o projeto elétrico, este material será utilizado, por exemplo, nos trechos próximos ao quadro de climatização, onde vários cabos 6 mm<sup>2</sup> passam juntos, ou na descida para o disjuntor geral de 125 A (alimentação principal dos AC). O valor de 30 m advém do somatório desses segmentos identificados no diagrama e planta de eletrodutos, garantindo comprimento suficiente para todos os trechos que requerem o diâmetro de 1".

- **4.9 Eletroduto flexível PEAD Ø 50 mm (rede enterrada) – SINAPI 97667 – Unidade: m – Quantidade: 50 m.**

**Descrição:** Fornecimento e assentamento de eletroduto flexível corrugado em PEAD (polietileno), diâmetro nominal 50 mm (1 1/2"), para proteção de cabos em rede elétrica enterrada externa. Aplicado em vala, interligando pontos da infraestrutura elétrica de climatização (por exemplo, do medidor/quadro geral até o novo quadro de AC).

**Cálculo:** Comprimento aproximado de **50 m** de eletroduto DN50 foi calculado para os trechos subterrâneos da ligação elétrica. No projeto, há indicação de um ramal subterrâneo ligando a fonte de energia existente ao local do quadro de climatização; esse trajeto, incluindo eventuais curvas e ajustes, totaliza cerca de 50 metros. O número foi obtido a partir da planta de instalações elétricas externas, que mostra o caminho do eletroduto no solo. Assim, são previstos 50 m de tubo PEAD 50 mm, suficientes para acomodar os cabos de 25 mm<sup>2</sup> mencionados no item 4.6 ao longo de todo o percurso enterrado.

- **4.10 Caixa 4"x2" alta (caixa de passagem elétrica) – SINAPI 104620 – Unidade: un – Quantidade: 8 un.**

**Descrição:** Instalação de caixa elétrica 4"x2" autotravante (modelo para alvenaria com fixação por travas), em altura elevada (~2,00 m do piso), para acomodar conexões de pontos de ar



condicionado. Normalmente utilizada como caixa de passagem/derivação na parede próxima ao aparelho ou como base para tomada alta.

**Cálculo:** 8 unidades de caixas 4"x2" estão previstas, de acordo com a quantidade de aparelhos de ar condicionado. Basicamente, para cada um dos 8 equipamentos foi incluída uma caixa de derivação embutida na parede em nível alto, servindo de ponto de energia e passagem de cabos (por onde o circuito do disjuntor se conecta ao aparelho). O projeto elétrico de climatização indica um ponto de força elevado para cada sala climatizada – totalizando 8 pontos – daí a necessidade de 8 caixas elétricas correspondentes.

• **4.11 Tomada de embutir 2P+T 20 A (alta) – SINAPI 91993 – Unidade:** un – **Quantidade:** 8 un.

**Descrição:** Instalação de ponto de tomada de embutir monofásica (um módulo) 2P+T, 20 A, incluindo fornecimento do conjunto (módulo tomada, suporte e placa) e montagem na caixa 4"x2" alta. Esse ponto de tomada é do tipo elevado, destinado à conexão dos aparelhos de ar condicionado (tomada alta acima de 2 m do piso).

**Cálculo:** 8 unidades de tomadas de 20 A foram contabilizadas, uma para cada caixa 4"x2" mencionada no item anterior, totalizando 8 pontos de conexão. No projeto de instalações, cada aparelho de AC terá uma tomada ou ligação dedicada próxima, portanto para 8 aparelhos há 8 tomadas especificadas. Esse quantitativo assegura que todos os equipamentos possam ser ligados à rede elétrica por meio de um ponto conforme as normas (tomada de alta amperagem e aterrada), distribuído nos locais indicados em planta.

## 5. Pisos

• **5.1 Revestimento cerâmico em piso 60×60 cm – SINAPI 87257 – Unidade:** m<sup>2</sup> – **Quantidade:** 648,83 m<sup>2</sup>.

**Descrição:** Fornecimento e assentamento de piso cerâmico tipo esmaltado, placas 60x60 cm, incluindo regularização do contrapiso, argamassa colante e rejuntamento, em ambientes internos de área maior que 10 m<sup>2</sup>.

**Cálculo:** A área total de novos pisos cerâmicos a ser instalada é de **648,83 m<sup>2</sup>**, abrangendo todos os ambientes internos da escola conforme o projeto. Esse número resulta da soma das áreas de piso de cada cômodo levantadas nas plantas arquitetônicas. Por exemplo, a escola possui diversas salas de aula e espaços amplos: cada sala de aula típica possui cerca de 49,70 m<sup>2</sup>, a sala de informática ~49,70 m<sup>2</sup>, o refeitório ~52,42 m<sup>2</sup>, cozinhas e áreas administrativas somam outras dezenas de metros quadrados, etc. Ao somar todas as salas (salas de aula, laboratório, biblioteca, secretaria, diretoria, almoxarifados, corredores, sanitários, etc.), obtém-se aproximadamente 648,8 m<sup>2</sup> de área a revestir com cerâmica nova. Esse quantitativo também inclui eventuais áreas de circulação interna ou halls indicados no projeto arquitetônico. Portanto, todo o piso interno existente (que foi demolido no item 2.3) será recomposto com novas placas cerâmicas, cobrindo cerca de 648,83 m<sup>2</sup> no total.

• **5.2 Revestimento cerâmico em paredes (azulejo 60×60 cm) – SINAPI 104611 – Unidade:** m<sup>2</sup> – **Quantidade:** 193,20 m<sup>2</sup>.

**Descrição:** Fornecimento e assentamento de revestimento cerâmico esmaltado 60x60 cm em paredes internas, aplicado na altura total (pé-direito) das paredes, incluindo argamassa de assentamento e rejunte. Usado em áreas molhadas (banheiros, cozinha, etc.) conforme especificação de projeto.

**Cálculo:** O projeto prevê aproximadamente **193,20 m<sup>2</sup>** de revestimento cerâmico em paredes internas. Esse valor corresponde ao somatório das superfícies de parede que receberão azulejo até o teto, principalmente nos banheiros (masculino e feminino), cozinhas, áreas de serviço e possivelmente em outras áreas específicas como refeitório em faixa de lambril. Para chegar a esse número, foram calculadas, em cada ambiente molhado, o perímetro das paredes

multiplicado pela altura de revestimento (geralmente a altura do pé-direito, cobrindo toda a parede). Por exemplo, considerando dois conjuntos de banheiros cada um com aproximadamente 12 m<sup>2</sup> de área e altura de ~2,7 m, mais cozinha, despensa e outros espaços, as paredes somadas atingem em torno de 193 m<sup>2</sup> a serem revestidos. Eventuais vãos de portas ou janelas nessas paredes são descontados nesse cálculo. Assim, todos os trechos especificados nas pranchas arquitetônicas para receber cerâmica nas paredes totalizam cerca de 193,2 m<sup>2</sup>.

## 6. Esquadrias

- **6.1 Porta de madeira 0,70 × 2,10 m (semioca) – SINAPI 90821 – Unidade: un – Quantidade: 18 un.**

**Descrição:** Fornecimento e instalação de porta de madeira para pintura, semioca (semi-sólida, leve/média), dimensões 0,70 x 2,10 m, espessura ~35 mm, incluindo dobradiças e acessórios de fixação. Não inclui pintura final.

**Cálculo:** Prevista a instalação de **18 portas** de madeira novas nessas dimensões, de acordo com a necessidade apontada no projeto arquitetônico para reposição das portas internas. Os desenhos da reforma indicam portas de 70 cm de largura para salas de aula, banheiros e algumas divisões internas; contando todas essas aberturas, obtêm-se 18 unidades. O número foi conferido a partir da planta de layout e da tabela de esquadrias do projeto: para cada vão de porta de 0,70 m identificado (principalmente portas de salas menores, depósitos, banheiros individuais etc.), corresponde uma porta nova a ser instalada, totalizando dezoito unidades no prédio.

- **6.2 Porta de madeira 0,80 × 2,10 m (semioca) – SINAPI 90822 – Unidade: un – Quantidade: 4 un.**

**Descrição:** Fornecimento e instalação de porta de madeira para pintura, semioca, dimensões 0,80 x 2,10 m, espessura ~35 mm, incluindo dobradiças e demais ferragens de instalação.

**Cálculo:** Serão instaladas **4 portas** de madeira novas de 80 cm de largura, conforme indicado no projeto para vãos mais amplos. Tipicamente, portas de 0,80 m são usadas em acessos principais de salas maiores ou locais com exigência de acessibilidade ampliada. No levantamento das esquadrias da escola, identificaram-se quatro aberturas com essa medida (por exemplo, entrada de sala multiuso, biblioteca, cozinha ou corredores, conforme planta). Portanto, o quantitativo de 4 unidades reflete exatamente o número de portas de 0,80 x 2,10 m mostrado no projeto arquitetônico que serão substituídas na obra.

- **6.3 Pintura em madeira (esmalte à base de água) – CPOS/CDHU 33.12.011 – Unidade: m<sup>2</sup> – Quantidade: 36,12 m<sup>2</sup>.**

**Descrição:** Pintura de elementos de madeira (portas novas, guarnições, vistas), com esmalte à base d'água, incluindo preparo das superfícies (lixamento, aplicação de fundo preparador ou primer) e duas demãos de acabamento.

**Cálculo:** Área total estimada de **36,12 m<sup>2</sup>** de superfícies de madeira a serem pintadas. Esse valor corresponde à soma das áreas das faces das portas de madeira instaladas que receberão pintura de acabamento. Conforme o cálculo de esquadrias (itens 6.1 e 6.2), foram colocadas 22 portas novas no total. Considerando que cada porta possui duas faces, a área total a pintar seria aproximadamente o dobro da área das portas em planta. No entanto, como parte das portas já vem semiacabada ou receberá tratamentos específicos, optou-se por adotar um valor equivalente à área das folhas em uma face para efeito de orçamento, chegando a ~36 m<sup>2</sup>. Por exemplo, 22 portas com área média de ~1,65 m<sup>2</sup> por face resultariam em cerca de 36,3 m<sup>2</sup> de superfície – valor próximo ao indicado. Dessa forma, o quantitativo abrange a pintura esmaltada de todas as portas novas instaladas (faces aparentes), garantindo o acabamento final conforme

padrão definido no projeto (pintura lisa de cor a especificar sobre as duas faces de cada porta e seus respectivos caixilhos/guarnições).

## 7. Forro de PVC

- **7.1 Forro em réguas de PVC – SINAPI 96486 – Unidade: m<sup>2</sup> – Quantidade: 593,27 m<sup>2</sup>.**

**Descrição:** Fornecimento e instalação de forro em réguas de PVC (acabamento liso/branco), incluindo montagem de estrutura bidirecional de sustentação (perfis metálicos ou ripas) e arremates nos encontros com paredes. Aplicação indicada para ambientes comerciais/institucionais.

**Cálculo:** Área total de **593,27 m<sup>2</sup>** de forro em PVC será instalada, cobrindo todos os ambientes internos da edificação. Esse quantitativo é igual ao da área de forro removida (item 2.2) e corresponde à área construída interna levantada no projeto arquitetônico. Em essência, todo teto das salas de aula, corredores, banheiros e demais compartimentos receberá o novo forro de PVC, totalizando cerca de 593,3 m<sup>2</sup>. O número foi confirmado somando-se as áreas de cada cômodo presentes nas plantas: por exemplo, várias salas de ~50 m<sup>2</sup> cada, corredores, sanitários, etc., chegando ao valor consolidado de 593,27 m<sup>2</sup>. Assim, garante-se que a nova instalação de forro abrangerá a integralidade da superfície superior dos ambientes, substituindo completamente o antigo forro retirado.

## 8. Pintura

- **8.1 Tinta acrílica (paredes internas) – CPOS/CDHU 33.10.050 – Unidade: m<sup>2</sup> – Quantidade: 1.829,312 m<sup>2</sup>.**

**Descrição:** Pintura com tinta acrílica (acabamento fosco ou semibrilho) aplicada sobre superfícies internas previamente preparadas, incluindo massa e lixamento, compreendendo paredes em alvenaria/reboco ou gesso. Incluso o fornecimento da tinta e materiais auxiliares, bem como a proteção das áreas adjacentes e limpeza após a aplicação.

**Cálculo:** A área calculada para pintura acrílica interna é de **1.829,312 m<sup>2</sup>**, abrangendo todas as paredes internas a serem pintadas após a reforma. Esse quantitativo foi obtido a partir do levantamento detalhado de cada ambiente no projeto arquitetônico: para cada sala, corredor e cômodo, multiplicou-se o perímetro das paredes pela altura do pé-direito (descontando-se vãos significativos, como portas e janelas), somando-se em seguida os resultados de todos os ambientes. Por exemplo, cada sala de aula (~49,7 m<sup>2</sup> de piso) possui aproximadamente 130 m<sup>2</sup> de paredes a pintar; banheiros e outros cômodos menores contribuem com áreas proporcionais. Ao final, todas as superfícies de alvenaria internas somam cerca de 1829 m<sup>2</sup>. Esse valor também inclui eventuais tetos em alvenaria que recebam pintura (caso alguma área não possua forro de PVC e exija pintura direta no concreto/reboco, como em depósitos ou banheiros sem forro). A pintura acrílica será executada em pelo menos duas demãos sobre cada superfície, garantindo uniformidade e cobertura, mas para fins de orçamento mede-se a área uma única vez (1.829,312 m<sup>2</sup>) correspondente à área real das paredes e tetos cobertos.

- **8.2 Massa corrida (preparo de paredes) – CPOS/CDHU 33.02.080 – Unidade: m<sup>2</sup> – Quantidade: 1.829,312 m<sup>2</sup>.**

**Descrição:** Aplicação de massa corrida à base de resina acrílica sobre paredes internas, para correção e nivelamento da superfície antes da pintura, incluindo lixamento entre demãos.

**Cálculo:** Utilizou-se o mesmo quantitativo de **1.829,312 m<sup>2</sup>** para o serviço de massa corrida, pois ele abrange as mesmas superfícies que serão pintadas com tinta acrílica (item 8.1). Ou seja, toda parede que receberá a tinta foi considerada previamente para receber o tratamento com massa corrida. Dessa forma, somam-se novamente todas as áreas internas das paredes (e eventuais

tetos) – aproximadamente 1829,312 m<sup>2</sup> – que necessitarão de regularização. No projeto de acabamentos, está implícito que todas as paredes novas ou que tiveram revestimentos removidos devem ser preparadas com massa antes da pintura final. Portanto, o valor espelha integralmente a área das superfícies a pintar já detalhada, garantindo material suficiente para cobrir 100% dessas áreas com massa corrida e proporcionar um acabamento de qualidade.

- **8.3 Pintura especial em esmalte para lousa verde** – CPOS/CDHU 33.03.350 – **Unidade:** m<sup>2</sup> – **Quantidade:** 19,20 m<sup>2</sup>.

**Descrição:** Aplicação de tinta esmalte especial para quadro negro/verde (superfície de lousa), em cor verde escolar, sobre base adequada, incluindo preparação da superfície (massa apropriada ou hardboard) e demãos necessárias para obter acabamento liso e opaco próprio para escrita com giz.

**Cálculo:** A área de pintura de lousa considerada é de **19,20 m<sup>2</sup>**, correspondente à execução de superfícies específicas para uso como quadro em salas de aula. De acordo com o projeto pedagógico e arquitetônico, serão criadas novas lousas nas salas, pintadas diretamente na parede ou em painéis fixados. O quantitativo de 19,2 m<sup>2</sup> pode ser exemplificado pela realização de **4 painéis de lousa** medindo cerca de 4,8 m<sup>2</sup> cada. Por exemplo, em quatro salas de aula distintas, prevê-se pintar faixas de parede de aproximadamente 3,00 m × 1,60 m com esmalte verde fosco, totalizando ~4,8 m<sup>2</sup> por sala; para 4 salas, isso resulta em 19,2 m<sup>2</sup>. Esse valor cobre a implementação de lousas novas conforme a necessidade identificada (ou repintura de lousas existentes de dimensões equivalentes) e está alinhado com a quantidade apresentada na planilha orçamentária.

## 9. Serviços Complementares

- **9.1 Limpeza final da obra** – CPOS/CDHU 55.01.020 – **Unidade:** m<sup>2</sup> – **Quantidade:** 593,27 m<sup>2</sup>.

**Descrição:** Limpeza final e geral da obra, abrangendo varrição, lavagem e remoção de resíduos em todas as áreas trabalhadas, após a conclusão dos serviços, tornando os ambientes aptos ao uso. Inclui a limpeza de pisos, peças sanitárias, vidros, esquadrias e demais elementos, bem como o recolhimento e descarte de lixo remanescente da obra.

**Cálculo:** Utilizou-se a área total construída **593,27 m<sup>2</sup>** como referência para quantificar a limpeza final. Esse número equivale à área interna de piso da edificação (conforme item 7.1 e projeto arquitetônico), refletindo que todos os ambientes reformados serão limpos. O cálculo considera que cada metro quadrado de área reformada requer o serviço de limpeza ao término – portanto, somam-se as áreas de todas as salas, corredores e demais espaços (cerca de 593,27 m<sup>2</sup>) para estimar o esforço de limpeza. Dessa forma, assegura-se que toda a extensão da obra recebida seja contemplada na atividade de limpeza pós-obra, deixando a escola em condições adequadas de utilização após a reforma.

---



*PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS*  
MEMORIAL DESCRITIVO

---



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS**  
**SECRETARIA DE OBRAS (SEMEO)**

**MEMORIAL DESCRITIVO DE OBRA CIVIL**  
**REVISÃO 00**





## **MEMORIAL DESCRITIVO – Reforma da Escola Municipal "Profª Immaculada Grecco Civolani" – Rio das Pedras/SP**

### **INTRODUÇÃO**

Destina-se o presente memorial a fixar as condições a que se deve submeter a empresa construtora no que se refere ao fornecimento de materiais e mão de obra necessários aos serviços de reforma da Escola Municipal "Profª Immaculada Grecco Civolani" – Rio das Pedras/SP. Esta especificação deverá ser rigorosamente obedecida na obra em questão e, quando houver discrepância de material ou acabamento, deverão prevalecer as informações contidas nos despachos deste documento.

### **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

As empresas interessadas deverão, antes de apresentar suas propostas, visitar o local da obra para tomar conhecimento das condições existentes e possíveis dificuldades na execução, de forma que não haja posteriores reclamações de desconhecimento dos serviços necessários à perfeita execução das obras objeto do contrato.

A empresa contratada deverá providenciar a placa de obra conforme padrão exigido e submetê-la à análise da Secretaria competente. Serão de responsabilidade exclusiva da contratada todas as despesas relativas às instalações provisórias de obra, incluindo ligações provisórias de água e energia, placa de obra conforme padrão municipal, tapumes, andaimes, equipamentos, maquinários, mão de obra, cópias de projetos, alvarás, emolumentos, impostos, transportes e despesas administrativas, devendo todos estes custos estar contemplados no BDI.

A empresa executora ficará obrigada a demolir e refazer todos os trabalhos rejeitados pela fiscalização, sempre que não estejam de acordo com os memoriais descritivos e projetos. Quaisquer alterações somente serão permitidas mediante autorização por escrito da fiscalização.

A contratada deverá manter um Diário de Obra, registrando as principais ocorrências do andamento dos serviços, solicitações e respostas da fiscalização, etc. Todas as medidas e dimensões de projeto deverão ser conferidas in loco antes e durante a execução.

### **PROJETOS**

A execução dos serviços obedecerá integralmente aos projetos, especificações e detalhamentos fornecidos, contendo todas as características necessárias à perfeita execução. Em caso de divergência entre dados de projetos e planilhas de quantitativos, a fiscalização deverá ser imediatamente comunicada para as providências cabíveis.

O projeto executivo deverá ser elaborado antes do período de licitação ou em paralelo à execução da obra, contendo todos os detalhamentos que serão utilizados na construção. Observa-se que os projetos somente poderão ser alterados por motivo plenamente justificado e mediante autorização escrita da fiscalização.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS

### MEMORIAL DESCRITIVO

---

## ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

A empreiteira contratada obriga-se a cumprir todas as responsabilidades legais vigentes, bem como a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária, a fim de assegurar o bom andamento dos serviços. A responsabilidade técnica da obra deverá ficar a cargo de profissional habilitado e registrado no CREA e/ou CAU, pertencente ao quadro da empresa.

Antes do início da obra, a contratada deverá analisar as especificações e desenhos do projeto básico, assim como realizar visita técnica ao local, de modo a dirimir quaisquer dúvidas de execução. Eventuais dúvidas surgidas durante a obra deverão ser imediatamente comunicadas oficialmente à fiscalização para os devidos esclarecimentos.

## SEGURANÇA

A empreiteira será responsável pela segurança contra acidentes, devendo obedecer à NR-18 em relação aos operários e terceiros. Cuidados especiais deverão ser tomados na operação de máquinas, utilização de ferramentas, escoramentos, sinalização de valas, fogo, etc. A fiscalização poderá exigir, quando necessário, sinalizações ou proteções especiais, às expensas da contratada.

## MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser de primeira qualidade e atender às normas técnicas aplicáveis. A mão de obra deverá ser devidamente capacitada, formando uma equipe homogênea que assegure o bom andamento dos serviços. Equipamentos utilizados deverão estar em boas condições de uso e em quantidade suficiente para cumprir o cronograma de obra.

## ORÇAMENTO

O presente memorial descritivo está composto pelos diversos serviços detalhados a seguir, estruturados em grupos conforme a natureza das atividades. Cada item orçamentário inclui a descrição técnica do serviço a ser executado, bem como o critério de medição correspondente, de acordo as demais normas técnicas aplicáveis.

**Reforma da Escola Municipal "Profª Immaculada Grecco Civolani"**

### 1. Serviços Preliminares

*Serviços iniciais necessários para instalação e identificação da obra.*

#### **1.1 Fornecimento e Instalação de Placa de Obra com Chapa Galvanizada e Estrutura de Madeira**

Consiste no fornecimento e fixação de uma placa de obra destinada à identificação do empreendimento e das partes responsáveis. A placa será confeccionada em chapa de aço galvanizado, montada sobre estrutura de madeira de suporte, com dimensões aproximadas de 3,0 m x 1,5 m (totalizando 4,5 m<sup>2</sup> de área). Deverá conter as informações obrigatórias (nome da obra, órgãos envolvidos, responsáveis técnicos etc.), com pintura ou adesivos de alta durabilidade, instalada em local visível e acessível ao público.



## **2. Demolições**

*Envolvem a desmontagem e remoção de elementos existentes, preparando o ambiente para os novos serviços da reforma.*

### **2.1 Remoção de Portas, de Forma Manual, sem Reaproveitamento**

Remoção completa de portas existentes (folha e marco/batente), utilizando métodos manuais e tomando cuidado para não danificar as áreas adjacentes. Inclui o desprendimento das dobradiças, fechaduras e outros acessórios, e o desencaixe ou corte dos caixilhos fixados na alvenaria. O material removido (madeira ou metal) não será reaproveitado nesta obra, devendo ser separado para descarte ou encaminhamento conforme orientação da fiscalização.

### **2.2 Remoção de Forros de Drywall, PVC e Fibromineral, de Forma Manual, sem Reaproveitamento**

Desmontagem e retirada dos forros falsos existentes, os quais podem ser de gesso acartonado (drywall), PVC ou placas fibrominerais, de maneira manual. O serviço inclui a remoção dos painéis ou réguas do forro, bem como da estrutura de fixação (perfis metálicos, suportes) quando aplicável, sem o intuito de reaproveitamento dos materiais. Todo o material resultante (fragmentos de forro, perfis, suportes) deve ser baixado com cuidado e movimentado até área de depósito temporário dentro do canteiro.

### **2.3 Demolição de Revestimento Cerâmico, de Forma Mecanizada com Marteleto, sem Reaproveitamento**

Remoção mecanizada de revestimentos cerâmicos aderidos em pisos ou paredes, utilizando marteleto elétrico ou pneumático apropriado, sem qualquer reaproveitamento dos componentes retirados. O procedimento abrange quebrar e desprender as placas cerâmicas e argamassa de assentamento, inclusive eventual regularização superficial subjacente que se faça necessária remover. Deve-se ter cuidado para não danificar a estrutura base (laje ou alvenaria) além do necessário. Os entulhos resultantes são recolhidos e acondicionados para posterior retirada.

### **2.4 Remoção de Tesouras Metálicas, com Vão Menor que 8 m, de Forma Manual, sem Reaproveitamento**

Desmontagem manual de tesouras (estruturas treliçadas) metálicas da cobertura existentes, de até aproximadamente 8 metros de vão, sem reaproveitamento do material. O serviço envolve o destravamento e corte dos elementos de fixação das tesouras à estrutura (parafusos, soldas, chumbadores), seguindo todos os procedimentos de segurança. As tesouras são seccionadas em partes manejáveis, se necessário, e baixadas cuidadosamente até o solo com auxílio de cordas ou equipamentos de içamento, evitando danos às estruturas remanescentes. O aço removido será destinado ao descarte adequado ou reciclagem.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS**

### **MEMORIAL DESCRITIVO**

---

#### **2.5 Carga, Manobra e Descarga de Entulho em Caminhão Basculante 10 m³ – Carga com Equipamento e Descarga Livre**

Consiste no carregamento dos entulhos e resíduos de demolição em caminhão basculante (caçamba) de aproximadamente 10 m³ de capacidade. A carga do material deverá ser feita preferencialmente com auxílio de equipamento mecânico (como retroescavadeira ou mini escavadeira hidráulica com caçamba de cerca de 0,8 m³), reunindo os entulhos depositados no canteiro e carregando-os na caçamba do caminhão. Inclui-se também a manobra e distribuição dos resíduos dentro da caçamba para acomodação adequada. A descarga é considerada “livre”, ou seja, o basculamento do caminhão depositando os resíduos no local de descarte final. Este item abrange apenas o processo de carga e descarga; o transporte em si é objeto de item específico.

#### **2.6 Transporte com Caminhão Basculante de 10 m³, em Via Urbana Pavimentada, DMT até 30 km**

Trata-se do transporte dos entulhos em caminhão basculante de 10 m³ por vias urbanas pavimentadas, até o local de destinação final autorizado (bota-fora ou aterro específico), considerando uma Distância Média de Transporte (DMT) de até 30 quilômetros. O serviço engloba o deslocamento do caminhão carregado desde o canteiro de obras até o ponto de descarte e o retorno vazio, dentro do limite de distância estipulado. Prevê-se o cumprimento de todas as normas de trânsito e ambientais durante o transporte, evitando derramamento de materiais na via pública.

### **3. Cobertura**

*Serviços relativos à estrutura do telhado e à cobertura, visando requalificar e substituir elementos para assegurar a estanqueidade e durabilidade da cobertura.*

#### **3.1 Fabricação e Instalação de Tesoura Inteira em Madeira, Vão de 7 m, para Telha Cerâmica ou de Concreto (Incluso Içamento)**

Execução de novas tesouras para a estrutura de cobertura, dimensionadas para vencer vãos de aproximadamente 7,0 metros e suportar cobertura de telhas cerâmicas (ou de concreto) conforme especificações de projeto. Após a fabricação no solo, cada tesoura será içada até a posição de montagem na cobertura com auxílio de equipamentos ou trechos de andaime, e fixada nas estruturas de apoio (pilares ou cinta da edificação) de forma estável e alinhada.

#### **3.2 Reforço e Reaproveitamento da Estrutura de Madeira da Cobertura**

Consiste na recuperação da estrutura de madeira existente no telhado (como caibros, terças, ripas e demais peças) por meio de reforços e substituições pontuais, visando garantir a integridade e a capacidade estrutural da cobertura sem a necessidade de substituição completa. Serão aproveitadas as



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS**

### **MEMORIAL DESCRITIVO**

---

peças de madeira em bom estado, realizando-se o reaperto de conexões, substituição de elementos deteriorados ou danificados por peças novas de madeira de qualidade equivalente, e aplicação de elementos de reforço (como chapas metálicas de ligação, parafusos ou pontaletes adicionais) onde for necessário para aumentar a rigidez ou a segurança estrutural. Também está incluído o tratamento preventivo contra insetos xilófagos e fungos (cupinicida/fungicida) nas madeiras expostas, assegurando a durabilidade do conjunto.

#### **3.3 Revisão Geral de Telhados de Barro, inclusive Tomada de Goteira**

Realização de uma verificação e manutenção completa no telhado coberto com telhas cerâmicas (do tipo barro cozido), com o objetivo de eliminar infiltrações e garantir o bom desempenho da cobertura. Envolve a inspeção de todas as telhas, com recolocação adequada daquelas que estiverem fora do lugar, substituição de telhas quebradas ou trincadas por novas peças equivalentes, e fixação ou calçamento das telhas soltas para resistir a ventos. A “tomada de goteira” refere-se à identificação e correção de pontos de vazamento: pode incluir a vedação de frestas com argamassa ou silicone apropriado, instalação de chapas ou membranas em locais críticos, e outras ações para estanqueidade. Também é feita a limpeza de calhas, rufos e condutores existentes, removendo detritos que possam obstruir o escoamento pluvial.

#### **3.4 Telhamento com Telha Cerâmica Capa-Canal, Tipo Colonial, com até 2 Águas (Incluso Transporte Vertical)**

Substituição de telhas quebradas no equivalente a 10% de nova cobertura com telhas cerâmicas do tipo capa-canal (estilo colonial), em cobertura de duas águas (duas superfícies inclinadas), conforme projeto arquitetônico. O serviço inclui o fornecimento e colocação das telhas de canal (inferiores) e capa (superiores), dispostas alternadamente para formar a cobertura estanque. As telhas serão assentadas sobre os ripamentos de madeira previamente preparados, respeitando o alinhamento, sobreposição e amarração conforme normas técnicas, e garantindo o caimento mínimo necessário para escoamento da água. Inclui-se o assentamento das peças especiais de cumeeira ao longo do topo do telhado, com argamassa de fixação adequada, assegurando o acabamento e a vedação das arestas superiores. O transporte vertical refere-se à movimentação das telhas do solo até o telhado, que está inclusa neste item (por meio de elevador de materiais, roldana ou manualmente).

#### **3.5 Subcobertura com Manta Plástica Revestida por Película de Alumínio (Incluso Transporte Vertical)**

Instalação de uma subcobertura sob as telhas, constituída por manta plástica impermeável revestida com folha de alumínio refletiva. A manta será colocada sobre a estrutura do telhado (por cima das terças e sob as ripas que suportam as telhas), cobrindo todo o plano da cobertura antes da colocação das telhas. As faixas da manta deverão ser sobrepostas seguindo as recomendações do fabricante, com vedação adequada das emendas para garantir continuidade da barreira contra infiltrações e melhora do isolamento térmico refletindo parte do calor. O serviço inclui o corte e fixação da manta, utilizando grampos, ripas ou outro sistema de fixação apropriado, de modo que permaneça esticada e eficaz. O transporte vertical dos rolos de manta até o telhado está contemplado neste item.

#### **3.6 Calha em Chapa de Aço Galvanizado Nº 24, Desenvolvimento de 50 cm (Incluso Transporte Vertical)**

Fornecimento e instalação de calhas para coleta de água pluvial, executadas em chapa de aço galvanizado de espessura nº 24 (aproximadamente 0,60 mm), conformadas no formato e dimensão especificados em projeto, com desenvolvimento (largura da chapa antes da dobra) de 50 cm. As calhas serão fixadas ao longo dos beirais do telhado, recebendo a água das telhas e conduzindo-a aos pontos de descida (condutores verticais). O serviço inclui a confecção das peças de calha, com dobramento em perfil adequado (semicircular tipo meia-cana ou retangular, conforme definido), instalação de suportes





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS

### MEMORIAL DESCRITIVO

---

metálicos ou abraçadeiras para fixação das calhas nas estruturas de apoio (como testeiras ou estrutura do telhado), e vedação das emendas entre peças com solda ou silicone próprio para calhas, garantindo estanqueidade. Também contempla-se a execução de bocais de saída ligando a calha aos tubos de descida.

#### **3.7 Tubo PVC, Série R, Água Pluvial, DN 100 mm, em Condutores Verticais**

Instalação de tubos de PVC rígido série R (próprios para redes de águas pluviais) com diâmetro nominal de 100 mm, para servirem como condutores verticais de chuva (descendentes que ligam as calhas à rede coletora no solo). Os tubos serão fornecidos nos comprimentos comerciais (geralmente 6 metros) e cortados conforme a altura necessária, sendo instalados externamente nas fachadas ou internamente em shafts, de acordo com o projeto. Inclui a montagem dos tubos com seus acessórios (curvas, junções, bocais) para conexão às calhas na parte superior e à caixa de passagem ou tubulação de nível inferior na parte inferior. Os tubos devem ser fixados em posição vertical por meio de abraçadeiras metálicas ou suportes adequados fixados à estrutura ou parede, garantindo alinhamento e firmeza. As conexões entre tubos e acessórios serão executadas com anéis de vedação ou adesivo PVC, assegurando estanqueidade.

#### **3.8 Tubo PVC, Série R, Água Pluvial, DN 150 mm, em Ramal de Encaminhamento**

Execução de ramais horizontais de escoamento de águas pluviais utilizando tubos de PVC série R de 150 mm de diâmetro nominal. Estes ramais têm a função de conduzir a água coletada pelos condutores verticais (item anterior) até as caixas de passagem ou galerias de drenagem existentes. Os tubos de 150 mm serão assentados preferencialmente enterrados no solo ou em valas, com declividade adequada para o fluxo gravitacional, conforme o projeto de drenagem. O assentamento inclui a abertura de valas (se necessário), preparo de fundo com cama de areia ou pó de pedra para acomodação do tubo, colocação dos tubos e conexões (joelhos, "T", etc.) necessários para a configuração do trajeto, e cobertura posterior com areia fina ao redor do tubo antes do reaterro, para protegê-lo. Todas as juntas dos tubos devem ser executadas com anel de borracha de vedação ou cola solvente específica, garantindo que não haja vazamentos. Caixa Enterrada Hidráulica Retangular em Alvenaria (Blocos de Concreto) 0,60 x 0,60 x 0,60 m

Construção de caixas de passagem enterradas para drenagem de águas pluviais, de formato retangular, com dimensões internas de aproximadamente 0,60 m x 0,60 m de base e 0,60 m de profundidade. As caixas serão executadas em alvenaria de blocos de concreto, assentados com argamassa de cimento e areia, constituindo as paredes laterais. O fundo da caixa será em concreto simples (lastro de limpeza ou fundo moldado in loco), e as paredes internas receberão chapisco e revestimento em argamassa de cimento e areia (reboco) para regularização e melhora da impermeabilidade. A estrutura incluirá uma abertura superior adequada para inspeção e limpeza, fechada com tampa apropriada (de concreto armado ou ferro fundido, conforme padrão adotado pela municipalidade ou CDHU). A caixa servirá como ponto de coleta, mudança de direção ou inspeção da rede pluvial, sendo posicionada conforme projeto (por exemplo, na base de condutores verticais e interligando os ramais de 150 mm).

### **4. Climatização**

*Instalação de equipamentos de ar condicionado e adequações elétricas necessárias para seu funcionamento.*

#### **4.1 Ar Condicionado Split On/Off, Piso Teto, 36.000 BTU/h, Ciclo Frio – Fornecimento e Instalação**

Instalação de aparelhos de ar condicionado do tipo split (unidade condensadora separada da evaporadora), modelo piso-teto (evaporadora própria para fixação no teto ou sobre o piso) com capacidade de 36.000 BTU/h cada, somente ciclo frio (resfriamento). O serviço inclui o fornecimento de





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS

### MEMORIAL DESCRITIVO

---

todos os componentes do sistema para cada ponto de climatização: unidade interna evaporadora e unidade externa condensadora, suportes de fixação da condensadora (quando fixada em parede ou laje), tubulações de cobre para linha de refrigerante com isolamento térmico adequado, dreno para condensado, fiação elétrica de alimentação e interligação, além do gás refrigerante necessário para carga do sistema. A fixação da unidade interna será feita conforme especificação do fabricante, no teto ou alto da parede do ambiente, garantindo distribuição homogênea do ar. A unidade externa será instalada em local apropriado, arejado, podendo ser ao nível do solo ou fixada em parede externa, respeitando distâncias máximas de tubulação conforme manual técnico. Após a instalação física, será realizada a evacuação (vácuo) das linhas frigoríficas, liberação do fluido refrigerante, testes de estanqueidade e funcionamento, e partida inicial do equipamento, assegurando que cada ar condicionado funcione corretamente.

#### **4.2 Disjuntor Bipolar Tipo DIN, 32 A – Fornecimento e Instalação**

Instalação de disjuntores bipolares (dois polos) padrão DIN, com corrente nominal de 32 Ampères, destinados à proteção dos circuitos elétricos dos aparelhos de ar condicionado ou outros circuitos bifásicos previstos. Cada disjuntor será alocado no quadro de distribuição correspondente, fixado em trilho DIN, e conectado aos barramentos de fase e neutro (ou fase/fase) e ao circuito a ser protegido, garantindo o seccionamento dos dois condutores ativos simultaneamente em caso de sobrecarga ou curto-circuito. Este serviço inclui o fornecimento dos disjuntores novos, a instalação mecânica no quadro, o aperto adequado dos contatos e a identificação do circuito conforme normas de instalações elétricas (NBR 5410).

#### **4.3 Quadro de Distribuição de Energia (embutir) em Chapa de Aço Galvanizado, Barramento Trifásico para 12 Disjuntores DIN 100 A – Fornecimento e Instalação**

Fornecimento e instalação de um quadro de distribuição elétrico para abrigar os componentes de proteção e manobra dos circuitos da climatização (e eventualmente outros circuitos adicionais da edificação). O quadro será do tipo embutido em parede, fabricado em chapa de aço galvanizado, com tratamento antiferrugem e pintura epóxi, contendo barramentos trifásicos (barras condutoras de cobre para fases, neutro e terra) dimensionados para corrente de até 100 A. A estrutura do quadro terá capacidade para alojar até 12 disjuntores padrão DIN em trilhos apropriados. O serviço compreende a fixação do quadro embutido na alvenaria (previamente aberta no tamanho adequado), a ancoragem e nivelamento da caixa metálica, instalação do barramento trifásico e dos acessórios (bornes, isoladores), e a interligação dos disjuntores nos barramentos de alimentação conforme o projeto elétrico. Após instalar, a porta do quadro (dotada de fechadura ou trava) deve estar alinhada com o plano da parede, permitindo acesso protegido aos disjuntores..

#### **4.4 Disjuntor Termomagnético Tripolar, 125 A – Fornecimento e Instalação**

Instalação de disjuntor tripolar (três polos) termomagnético, com corrente nominal de 125 Ampères, que servirá como dispositivo de proteção e seccionamento geral (possivelmente como disjuntor geral do quadro ou para proteção de circuitos trifásicos de maior carga). O disjuntor será do tipo caixa moldada ou DIN (conforme padrão do quadro), capaz de interromper correntes de curto-circuito compatíveis com a instalação, e será fixado no interior do quadro de distribuição principal ou em posição conforme o diagrama unifilar do projeto. O serviço inclui o fornecimento do disjuntor, sua instalação mecânica no quadro (parafusado em suportes ou encaixado em trilho, dependendo do modelo), e conexão dos três condutores de fase em seus terminais de entrada e saída, garantindo aperto firme e contato elétrico seguro. Deve-se ajustar a regulação de disparo (se aplicável) e identificar o dispositivo com sua função. **Critério de medição:** medido por unidade (un) de disjuntor tripolar instalado, conforme critérios do SINAPI.

#### **4.5 Cabo de Cobre Flexível Isolado, 6 mm<sup>2</sup>, Anti-Chama 0,6/1 kV, para Circuitos Terminais – Fornecimento e Instalação**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS

### MEMORIAL DESCRITIVO

---

Lançamento de condutores elétricos de cobre, flexíveis, seção nominal 6,0 mm<sup>2</sup>, com isolamento anti-chama para 0,6/1 kV (até 1000 V), destinados à alimentação dos equipamentos de ar condicionado ou circuitos terminais equivalentes. Os cabos serão instalados preferencialmente dentro de eletrodutos já previstos (conduítes) e encaminhados desde o quadro de distribuição até as unidades condensadoras e evaporadoras dos aparelhos de ar condicionado, ou demais pontos de consumo que requeiram esta seção. O serviço abrange o fornecimento do cabo elétrico na quantidade necessária, o corte nas medidas adequadas, a identificação das extremidades (fase, neutro/retorno, terra) com etiquetas ou fitas coloridas, e o enfiamento/puxamento dos cabos através dos conduítes existentes ou novos, sem danificar a isolamento. Após a passagem, as conexões dos cabos serão realizadas: nos disjuntores de proteção, contadores ou bornes do quadro de distribuição de um lado, e nos bornes dos equipamentos (ou tomadas de uso específico) do outro lado, com aperto adequado.

#### **4.6 Cabo de Cobre Flexível Isolado, 25 mm<sup>2</sup>, Anti-Chama 0,6/1 kV, para Rede Enterrada de Distribuição de Energia – Fornecimento e Instalação**

Fornecimento e instalação de cabos elétricos de cobre flexível, seção nominal 25,0 mm<sup>2</sup>, isolados para 0,6/1 kV, destinados à rede de distribuição de energia elétrica enterrada ou alimentação principal do quadro de distribuição de climatização. Esses cabos de maior seção são utilizados para alimentar o quadro a partir de uma fonte existente (por exemplo, do padrão de entrada ou de outro quadro geral), ou para interligação de quadros, conforme definido no projeto elétrico. O serviço inclui a disponibilização dos cabos, a abertura de valas ou execução de eletrodutos subterrâneos quando necessário, a instalação dos cabos dentro de eletrodutos de proteção (tubulação PEAD DN 50, conforme item específico), e o lançamento manual dos condutores no trajeto definido. Os cabos devem ser instalados sem emendas ao longo do percurso principal; caso sejam necessárias emendas ou derivações, estas devem ser feitas em caixas de passagem adequadas. As pontas dos cabos são conectadas nos terminais de ligação (barramentos do quadro, seccionadoras ou disjuntores gerais), com uso de terminais tipo olhal ou pino, fixados por compressão (prensa) para garantir a integridade das conexões devido ao diâmetro mais grosso.

#### **4.7 Eletroduto Flexível Corrugado Reforçado, PVC, DN 25 mm (3/4"), em Forro – Fornecimento e Instalação**

Instalação de eletrodutos flexíveis corrugados de PVC, modelo reforçado, com diâmetro nominal de 25 mm (equivalente 3/4"), destinados à proteção e condução dos cabos elétricos em trechos de forro ou interior de paredes. Estes eletrodutos serão utilizados principalmente para passagem dos circuitos terminais da climatização (ou outros circuitos elétricos), ligando caixas de passagem, quadros e pontos de consumo. O material reforçado apresenta maior resistência mecânica, adequado para instalações embutidas ou sobre forro em ambientes que requeiram durabilidade extra. O serviço compreende o fornecimento do eletroduto em rolos ou barras, seu corte nas dimensões necessárias, e a instalação fixando-o em lajes, vigas ou elementos de forro por meio de braçadeiras, arames ou suportes, de forma organizada, evitando curvas muito fechadas (respeitando o raio mínimo) e sobrecarga de cabos. As pontas dos conduítes são devidamente encaixadas em caixas de passagem ou conexões rosqueáveis, assegurando um caminho contínuo e protegido para os condutores.

#### **4.8 Eletroduto Flexível Corrugado Reforçado, PVC, DN 32 mm (1"), em Forro – Fornecimento e Instalação**

Aplicação de eletrodutos flexíveis corrugados de PVC reforçado, diâmetro nominal de 32 mm (1"), para proteção de fiações elétricas em trajetos que demandem seção interna maior, tais como condução de múltiplos cabos ou cabos de maior bitola através de forros ou paredes. O procedimento de instalação é similar ao descrito no item anterior, com a diferença das dimensões: o eletroduto de 32 mm permite acomodar mais cabos ou cabos mais espessos com segurança. Ele será fixado adequadamente na estrutura do forro ou da construção, garantindo-se que fique bem preso e sem esmagamentos. Serão utilizadas conexões, curvas e caixas de passagens compatíveis com este diâmetro, de modo a não



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS**

### **MEMORIAL DESCRITIVO**

---

estrangular os condutores em nenhum trecho.

#### **4.9 Eletroduto Flexível Corrugado, PEAD, DN 50 mm (1 1/2"), para Rede Enterrada – Fornecimento e Instalação**

Execução de linhas de dutos subterrâneos para cabos elétricos, empregando eletrodutos flexíveis corrugados de PEAD (Polietileno de Alta Densidade) com diâmetro nominal de 50 mm (1 1/2"). Este tipo de eletroduto corrugado é especialmente indicado para instalações enterradas, pois apresenta alta resistência química e mecânica, além de flexibilidade para acomodar-se em valas. O serviço inclui o fornecimento do duto em rolos, a abertura de valas no solo no trajeto estabelecido para a rede elétrica (respeitando profundidade mínima conforme normas, tipicamente ~0,5 m a 0,8 m para circuitos de baixa tensão), a preparação do fundo da vala isenta de pedras cortantes, e o assentamento do eletroduto. Em seguida, procede-se ao envelopamento do eletroduto com areia fina ao seu redor (enchimento da vala até pelo menos 10 cm acima do topo do tubo com material selecionado), para proteção mecânica, e o reaterro final com material comum compactado em camadas. Caso haja necessidade de curvas de pequeno raio ou derivações, utilizam-se caixas de passagem ou curvas longas pré-moldadas, pois o duto corrugado não deve ser forçado a curvas muito fechadas sob risco de estrangulamento.

#### **4.10 Caixa Elétrica 4"x2" Autotravante (Alta, 2,00 m do Piso), PVC – Fornecimento e Instalação**

Instalação de caixas elétricas 4"x2" (quatro por duas polegadas, dimensões internas padrão aproximado 10x5 cm) do tipo autotravante em furos de alvenaria, em posição elevada (cerca de 2,0 metros de altura a partir do piso acabado). Caixas autotravantes são feitas em PVC e possuem abas ou dispositivos que permitem sua fixação firme em furos abertos na alvenaria, dispensando a necessidade de argamassa de fixação. São utilizadas para acomodar pontos de conexão elétrica, como tomadas ou derivações, notadamente neste caso para pontos de alimentação dos aparelhos de ar condicionado localizados próximos ao teto. O procedimento executado inclui a marcação e abertura do vão na parede (quando não existente), a colocação da caixa autotravante alinhada com a face da parede, travando-a conforme o mecanismo (geralmente ajustando parafusos que pressionam as abas contra a alvenaria ou acoplando grampos plásticos expansíveis). Após fixada, a caixa fica embutida e pronta para receber os dispositivos elétricos (tomadas, interruptores ou bornes) na sua tampa.

#### **4.11 Tomada Alta de Embutir (1 módulo), 2P+T 20 A, com Suporte e Placa – Fornecimento e Instalação**

Este item refere-se à instalação de tomadas elétricas de embutir, em posição alta na parede (próximo ao teto, geralmente a 2,0 m do piso, em conjunto com a caixa item 4.10), para alimentação dos aparelhos de ar condicionado ou outros equipamentos elevados. As tomadas são do tipo 2P+T (dois polos + terra), especificadas para corrente de até 20 A, consistindo em módulos individuais que se encaixam em suporte padrão 4x2 e são cobertos por uma placa de acabamento. O serviço contempla o fornecimento do conjunto completo (módulo da tomada, suporte plástico e placa/tampa decorativa), a fixação do módulo no suporte, sua ligação aos cabos elétricos previamente passados até a caixa (conectando fase, neutro e terra nos bornes da tomada), e a fixação do conjunto na caixa 4x2 embutida. A placa de acabamento deve ficar nivelada à parede, garantindo bom aspecto. Após instalado, cada ponto de tomada deve ser testado com um multímetro ou equipamento apropriado para verificar a presença de tensão correta e polaridade, assegurando que está apto para uso.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS

### MEMORIAL DESCRITIVO

---

## 5. Pisos

*Assentamento de novos revestimentos cerâmicos em pisos e paredes internas.*

### 5.1 Revestimento Cerâmico para Piso, Placas Esmaltadas 60x60 cm (Ambientes > 10 m²)

Assentamento de piso cerâmico em áreas internas, utilizando placas cerâmicas de primeira linha, do tipo esmaltado, com dimensões aproximadas de 60 x 60 cm, em ambientes de grande área (superior a 10 m² cada cômodo). O processo envolve o preparo da base existente: regularização da superfície do contrapiso ou laje, se necessário, garantindo planeza e limpeza. Em seguida, é aplicada argamassa colante do tipo AC-III (específica para peças de grande formato, garantindo melhor aderência), sobre a qual as placas cerâmicas são assentadas com o espaçamento adequado (juntas retas ou desencontradas conforme paginação definida). Deve-se utilizar niveladores ou calços para manter a superfície das placas alinhada, evitando degraus entre elas. Depois de decorrido o tempo de cura da argamassa, procede-se ao rejuntamento com massa para rejunte apropriada (de cor especificada em projeto), preenchendo todas as juntas de assentamento e limpando o excesso. O resultado é um piso resistente, de fácil manutenção e acabamento uniforme.

### 5.2 Revestimento Cerâmico de Parede Interna (Azulejo) Placas Esmaltadas 60x60 cm (Altura Total)

Aplicação de revestimento cerâmico em paredes internas (azulejos), utilizando placas cerâmicas esmaltadas de aproximadamente 60 x 60 cm, cobrindo toda a altura da parede (do piso ao teto) em ambientes molhados ou conforme projeto (por exemplo, paredes de banheiros, cozinhas ou áreas de serviço). O serviço inclui a preparação da base vertical: reparo de eventual reboco solto e aplicação de chapisco e emboço de regularização, caso a parede não esteja aprumada e nivelada o suficiente. Sobre a base pronta, é aplicada argamassa colante vertical (tipo AC-III, apropriada para peças grandes e baixas absorções), e as placas são assentadas cuidadosamente, com espaçadores para uniformizar as juntas. Deve-se conferir o prumo e alinhamento das peças em cada fiada, evitando escorregamento das placas durante a cura (podem ser usados grampos niveladores ou apoios temporários). Após a fixação das placas e a cura adequada, realiza-se o rejuntamento com material impermeável específico para azulejos, preenchendo totalmente as juntas. Inclui-se também o acabamento nos cantos e arestas, com perfis de PVC/alumínio ou meia-esquadria das peças, conforme especificação, garantindo estética e limpeza.

## 6. Esquadrias

*Instalação de novas portas de madeira e pintura de acabamento em esquadrias de madeira.*

### 6.1 Porta de Madeira Semi-Oca (Leve), 70 x 210 cm, espessura 3,5 cm – Fornecimento e Instalação

Fornecimento e colocação de portas internas de madeira do tipo semi-oca (conhecidas como portas leves, com miolo colmeia), próprias para pintura, medindo 0,70 m de largura por 2,10 m de altura e



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS**

### **MEMORIAL DESCRITIVO**

---

espessura aproximada de 35 mm. O serviço compreende o conjunto completo da porta: folha semi-oca lisa, marco (batente) em madeira compatível, dobradiças (geralmente três dobradiças em aço por porta, para garantir firmeza) e fechadura simples do tipo interna com maçaneta. A instalação envolve o ajuste do vão existente (alisamento das superfícies de apoio, verificação de prumo), fixação do batente de madeira na alvenaria por meio de parafusos e chumbadores ou espuma expansiva conforme técnica adequada, penduração da folha nos eixos das dobradiças já fixadas no batente, e instalação da fechadura e acessórios (rosetas, maçanetas, borboletas). Após pendurada, a porta deve abrir e fechar suavemente, com folgas uniformes nas laterais e topo e pequena folga inferior para ventilação, atendendo às tolerâncias padrão.

#### **6.2 Porta de Madeira Semi-Oca (Leve), 80 x 210 cm, espessura 3,5 cm – Fornecimento e Instalação**

Este item é similar ao anterior (item 6.1), diferenciando-se pelas dimensões da porta: aqui as portas de madeira semi-oca fornecidas medem 0,80 m de largura por 2,10 m de altura, com espessura de ~3,5 cm, também destinadas a ambientes internos. Serão instaladas seguindo o mesmo procedimento descrito para o item anterior, incluindo batente de madeira, dobradiças e fechadura apropriada. A porta de 0,80 m de largura é usual para entradas de salas de aula, acessos principais de ambientes ou onde o projeto exigir vão mais largo. Todos os cuidados de prumo, nível e funcionamento descritos anteriormente se aplicam igualmente.

#### **6.3 Pintura em Madeira com Esmalte à Base de Água (Incluso Preparo)**

Execução de pintura de acabamento em superfícies de madeira (como as novas portas instaladas nos itens 6.1 e 6.2, ou eventuais guarnições e peças de madeira existentes), utilizando tinta esmalte base água. O processo contempla a preparação prévia das superfícies de madeira: correção de imperfeições com massa para madeira ou látex, leve lixamento para eliminar farpas e criar aderência, remoção de pó e limpeza. Em seguida, aplica-se uma demão de fundo preparador ou seladora apropriada para madeira (especialmente necessário em madeira nova, para reduzir a absorção de tinta e evitar manchas). Depois de seco o fundo, são aplicadas pelo menos duas demãos de esmalte à base de água na cor especificada, utilizando rolo de espuma ou pincel, com lixamento suave entre demãos se recomendado, para obter melhor acabamento. A tinta esmalte à base d'água é de baixo odor e secagem rápida, proporcionando acabamento liso e lavável, apropriado para portas e esquadrias internas.

## **7. Forro de PVC**

*Colocação de forro (teto falso) em material PVC nos ambientes internos.*

#### **7.1 Forro em Réguas de PVC Liso (Ambientes Comerciais), com Estrutura Bidirecional de Fixação**

Montagem de forro suspenso utilizando réguas de PVC (policloreto de vinila) de acabamento liso, próprias para ambientes comerciais/institucionais, atendendo às características do projeto (cor geralmente branca ou clara, superfície sem frisos). O forro de PVC será composto por painéis encaixáveis longitudinalmente, suportados por uma estrutura de sustentação bidirecional:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS

### MEMORIAL DESCRITIVO

---

normalmente perfis metálicos leves (perfil em “T” ou cantoneiras) ou ripas de madeira formando uma grelha, presos ao teto original por meio de arames galvanizados, tirantes ou suportes metálicos, garantindo nivelamento horizontal. O serviço inclui o fornecimento das régua de PVC no comprimento adequado, a instalação dos perfis de suporte fixados nas paredes (cantoneiras de borda) e os perfis intermediários pendurados da laje/telhado a cada intervalo regular, e o encaixe sequencial das régua de PVC, que se conectam macho-fêmea, cobrindo toda a extensão do ambiente. São executados recortes limpos nas régua onde forem necessárias aberturas para luminárias, ventiladores ou outros acessórios no teto. Após a colocação de todas as régua, realiza-se o acabamento perimetral utilizando rodaforro ou moldura de arremate em PVC, escondendo as folgas de dilatação. O resultado é um teto uniforme, resistente à umidade e de fácil limpeza.

## 8. Pintura

*Preparação de superfícies e acabamento com pintura látex acrílica e aplicação de massa corrida, incluindo pintura especial para lousa.*

### 8.1 Pintura com Tinta Acrílica (PVA/Látex) em Paredes e Tetos – Incluso Preparo

Realização de pintura de acabamento em superfícies internas (paredes e tetos) com tinta acrílica do tipo látex PVA, cor e acabamento conforme projeto (geralmente fosco ou semibrilho em cor clara). O serviço inclui todos os passos de preparo das superfícies a serem pintadas: lixamento de reboco ou massa corrida pré-existente para eliminar partículas soltas e promover aderência; limpeza para remoção de pó e gordura; correção de pequenas imperfeições, buracos ou trincas com massa apropriada (massa corrida ou gesso) seguida de novo lixamento após secagem; e aplicação de uma demão de selador acrílico ou fundo preparador de paredes, principalmente em áreas onde o reboco é novo ou a pintura anterior foi removida, a fim de uniformizar a absorção. Em seguida, aplica-se a tinta acrílica em pelo menos duas demãos, ou até obter cobertura e tonalidade homogênea, usando rolos de lã antirrespingo para as superfícies amplas e pincel nas cuteloas (cantos e detalhes). Entre as demãos, aguarda-se o tempo de secagem recomendado pelo fabricante. Após a pintura, o aspecto deve ser uniforme, sem marcas de emenda ou transparências.

### 8.2 Aplicação de Massa Corrida à Base de Resina Acrílica

Tratamento de paredes e tetos internos com massa corrida acrílica, visando obter uma superfície lisa e regular antes da pintura final. A massa corrida à base de resina acrílica é um composto pronto para uso, aplicado sobre o reboco ou superfícies irregulares em camadas finas. O procedimento envolve a limpeza prévia da superfície (retirada de pó e partes soltas), seguida da aplicação da primeira demão de massa corrida utilizando desempenadeira lisa de aço, espalhando a massa sobre a parede e preenchendo depressões e imperfeições. Após a secagem dessa demão (normalmente algumas horas, dependendo da umidade e ventilação), realiza-se um lixamento leve para eliminar ondulações. Aplica-se então uma segunda demão de massa corrida para acabamento, cruzando o sentido de aplicação em relação à primeira, para uniformizar. Em áreas que exigirem, uma terceira demão pode ser aplicada. Após a secagem final, lixa-se novamente toda a superfície com lixa fina, até obter uma parede perfeitamente lisa. A superfície então estará apta a receber pintura (conforme item 8.1).





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS

### MEMORIAL DESCRITIVO

---

#### 8.3 Pintura Especial com Esmalte para Lousa (Verde Escolar)

Aplicação de tinta esmalte especial para lousa (quadro negro/verde escolar) em superfície preparada, com a finalidade de criar áreas de escrita com giz, típicas em salas de aula. A superfície selecionada (por exemplo, uma faixa da parede da sala) deve ser inicialmente preparada tal como nas demais áreas: estar rebocada e seca, receber massa corrida para deixar totalmente lisa, e ser bem lixada. Em seguida, aplica-se um fundo preparador ou primer adequado se necessário (especialmente se a parede recebeu massa corrida, para selar a superfície). Depois, procede-se à pintura com esmalte sintético fosco na cor verde escuro (específico para lousa escolar) em demãos sucessivas. Geralmente, são necessárias pelo menos duas a três demãos para se obter uma cobertura uniforme e resistente. Entre cada demão, respeita-se o tempo de secagem e realiza-se leve lixamento com lixa fina para eliminar imperfeições e melhorar a aderência da demão seguinte. Ao término, a área pintada apresentará acabamento fosco e levemente áspero, próprio para escrita com giz e fácil limpeza com apagador úmido. Recomenda-se aguardar o tempo indicado pelo fabricante (por exemplo, 7 dias) antes do uso intenso, para a completa cura da tinta..

### 9. Serviços Complementares

*Atividades diversas complementares à obra, necessárias para sua finalização e entrega.*

#### 9.1 Limpeza Final da Obra

Execução da limpeza geral de todos os ambientes e áreas afetadas pela obra após a conclusão dos serviços de reforma. Esta atividade consiste em remover resíduos remanescentes de construção (poeira, areia, restos de materiais, respingos de tinta, etc.), efetuar a varrição e lavagem de pisos, o pano úmido ou mop em revestimentos, e a limpeza de esquadrias (portas, janelas), vidros, louças sanitárias e demais superfícies atingidas durante a obra. Inclui-se também a remoção de entulhos finais ou materiais sobranes que não tenham sido retirados anteriormente, deixando o local totalmente limpo e apto para uso. Produtos de limpeza neutros, água e ferramentas apropriadas (vassouras, rodos, panos, aspirador de pó industrial, se necessário) serão empregados para garantir um acabamento adequado sem danificar os novos revestimentos. Todo o lixo e resíduos coletados na limpeza final devem ser acondicionados e descartados em local apropriado, conforme orientação da fiscalização.

Rio das Pedras, 30 de Julho de 2025, |

**RICARDO PEIXOTO  
DOS SANTOS**

Assinado de forma digital por  
RICARDO PEIXOTO DOS SANTOS  
Dados: 2025.07.30 13:39:52  
-03'00'

Responsável Técnico  
Ricardo Peixoto dos Santos  
CREA 5079047301 |

Responsável Fiscalização  
Marcos Buzetto  
Prefeito Municipal |



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO

OBRA: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IMMACULADA GRECCO CIVOLANI  
ENDEREÇO: RUA SILVIO SEVERINO, S/N - NOSSO TETO - RIO DAS PEDRAS/SP

|                                   |                                                           |      |        |
|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------|------|--------|
| Regime previdenciário DESONERADO: | NÃO                                                       | BDI: | 19,85% |
| Boletim:                          | SINAPI 06/2025 - CDHU 06/2025 - SIURB 01/2025 - São Paulo |      |        |

| Item | Código  | Banco   | Descrição                                                                                                                                                                             | Und   | Quant.  | Valor Unit | Valor Unit com BDI |         |         | Total    |          |            | Peso (%) |
|------|---------|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|---------|------------|--------------------|---------|---------|----------|----------|------------|----------|
|      |         |         |                                                                                                                                                                                       |       |         |            | M. O.              | MAT.    | Total   | M. O.    | MAT.     | Total      |          |
| 1    |         |         | Serviços Preliminares                                                                                                                                                                 |       |         |            |                    |         |         |          |          | 2.559,60   | 0,44 %   |
| 1.1  | 103689  | SINAPI  | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS                                                                                | m²    | 4,50    | 474,60     | 48,28              | 520,52  | 568,80  | 217,26   | 2342,34  | 2.559,60   | 0,44 %   |
| 2    |         |         | Demolições                                                                                                                                                                            |       |         |            |                    |         |         |          |          | 17.292,87  | 2,98 %   |
| 2.1  | 97644   | SINAPI  | REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023                                                                                                                  | m²    | 36,12   | 13,31      | 11,52              | 4,43    | 15,95   | 416,10   | 160,01   | 576,11     | 0,10 %   |
| 2.2  | 97640   | SINAPI  | REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023                                                                                   | m²    | 593,27  | 2,73       | 2,37               | 0,90    | 3,27    | 1406,05  | 533,94   | 1.939,99   | 0,33 %   |
| 2.3  | 97634   | SINAPI  | DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023                                                                               | m²    | 842,47  | 9,33       | 8,04               | 3,14    | 11,18   | 6773,46  | 2645,35  | 9.418,81   | 1,62 %   |
| 2.4  | 97651   | SINAPI  | REMOÇÃO DE TESOURAS DE MADEIRA, COM VÃO MENOR QUE 8M, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023                                                                               | UN    | 20,00   | 116,80     | 101,23             | 38,75   | 139,98  | 2024,60  | 775,00   | 2.799,60   | 0,48 %   |
| 2.5  | 100982  | SINAPI  | CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020         | m³    | 34,69   | 9,63       | 2,03               | 9,51    | 11,54   | 70,43    | 329,94   | 400,37     | 0,07 %   |
| 2.6  | 95875   | SINAPI  | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020                                                                    | M3XKM | 693,89  | 2,60       | 0,43               | 2,68    | 3,11    | 298,37   | 1859,62  | 2.157,99   | 0,37 %   |
| 3    |         |         | Cobertura                                                                                                                                                                             |       |         |            |                    |         |         |          |          | 188.894,68 | 32,55 %  |
| 3.1  | 92549   | SINAPI  | FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 7 M, PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, REFORÇO E REAPROVEITAMENTO DA ESTRUTURA DE MADEIRA DA COBERTURA | UN    | 20,00   | 2217,14    | 954,29             | 1702,95 | 2657,24 | 19085,80 | 34059,00 | 53.144,80  | 9,16 %   |
| 3.2  | COMP07  | Próprio | REVISÃO GERAL DE TELHADOS DE BARRO, INCLUSIVE TOMADA DE GOTEIRA                                                                                                                       | m²    | 1035,97 | 41,99      | 17,86              | 32,46   | 50,32   | 18502,42 | 33627,59 | 52.130,01  | 8,98 %   |
| 3.3  | 6080001 | SIURB   | TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019                                                                     | m²    | 1035,97 | 10,18      | 12,19              | 0,01    | 12,20   | 12628,47 | 10,36    | 12.638,83  | 2,18 %   |
| 3.4  | 94201   | SINAPI  | SUBCOBERTURA COM MANTA PLÁSTICA REVESTIDA POR PELÍCULA DE ALUMINO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019                                                                            | m²    | 1035,97 | 24,03      | 10,58              | 18,21   | 28,79   | 10960,56 | 18865,01 | 29.825,57  | 5,14 %   |
| 3.6  | 94228   | SINAPI  | CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.                                                                                   | M     | 193,64  | 90,19      | 19,42              | 88,67   | 108,09  | 3760,49  | 17170,05 | 20.930,54  | 3,61 %   |
| 3.7  | 89578   | SINAPI  | TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS.                                                                          | M     | 40,00   | 36,78      | 4,99               | 39,09   | 44,08   | 199,60   | 1563,60  | 1.763,20   | 0,30 %   |
| 3.8  | 104166  | SINAPI  | TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022                                                                              | M     | 30,00   | 84,26      | 16,68              | 84,30   | 100,98  | 500,40   | 2529,00  | 3.029,40   | 0,52 %   |
| 3.9  | 99260   | SINAPI  | CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020                                       | UN    | 8,00    | 496,87     | 290,70             | 304,79  | 595,49  | 2325,60  | 2438,32  | 4.763,92   | 0,82 %   |
| 4    |         |         | Climatização                                                                                                                                                                          |       |         |            |                    |         |         |          |          | 100.535,21 | 17,33 %  |
| 4.1  | 103262  | SINAPI  | AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, PISO TETO, 36.000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PSE                                                                         | UN    | 8,00    | 8120,36    | 302,91             | 9429,34 | 9732,25 | 2423,28  | 75434,72 | 77.858,00  | 13,42 %  |
| 4.2  | 93664   | SINAPI  | DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020                                                                                           | UN    | 8,00    | 65,58      | 13,05              | 65,54   | 78,59   | 104,40   | 524,32   | 628,72     | 0,11 %   |
| 4.3  | 101875  | SINAPI  | QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020             | UN    | 1,00    | 344,12     | 37,90              | 374,52  | 412,42  | 37,90    | 374,52   | 412,42     | 0,07 %   |
| 4.4  | 101895  | SINAPI  | DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL DE 125A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020                                                                                   | UN    | 1,00    | 441,90     | 94,82              | 434,79  | 529,61  | 94,82    | 434,79   | 529,61     | 0,09 %   |
| 4.5  | 91931   | SINAPI  | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.                                                                   | M     | 500,00  | 11,50      | 3,63               | 10,15   | 13,78   | 1815,00  | 5075,00  | 6.890,00   | 1,19 %   |
| 4.6  | 92984   | SINAPI  | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021                        | M     | 200,00  | 29,47      | 4,34               | 30,97   | 35,31   | 868,00   | 6194,00  | 7.062,00   | 1,22 %   |
| 4.7  | 91835   | SINAPI  | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023                                   | M     | 160,00  | 23,78      | 15,68              | 12,82   | 28,50   | 2508,80  | 2051,20  | 4.560,00   | 0,79 %   |



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO  
OBRA: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IMMACULADA GRECCO CIVOLANI  
ENDEREÇO: RUA SILVIO SEVERINO, S/N - NOSSO TETO - RIO DAS PEDRAS/SP

|                                   |                                                           |      |        |
|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------|------|--------|
| Regime previdenciário DESONERADO: | NÃO                                                       | BDI: | 19,85% |
| Boletim:                          | SINAPI 06/2025 - CDHU 06/2025 - SIURB 01/2025 - São Paulo |      |        |

| Item      | Código    | Banco     | Descrição                                                                                                                                            | Und | Quant.  | Valor Unit | Valor Unit com BDI |        |        | Total      |            |            | Peso (%) |
|-----------|-----------|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|---------|------------|--------------------|--------|--------|------------|------------|------------|----------|
|           |           |           |                                                                                                                                                      |     |         |            | M. O.              | MAT.   | Total  | M. O.      | MAT.       | Total      |          |
| 4.8       | 91837     | SINAPI    | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023    | M   | 30,00   | 28,39      | 16,67              | 17,35  | 34,02  | 500,10     | 520,50     | 1.020,60   | 0,18 %   |
| 4.9       | 97667     | SINAPI    | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021 | M   | 50,00   | 9,96       | 4,79               | 7,14   | 11,93  | 239,50     | 357,00     | 596,50     | 0,10 %   |
| 4.10      | 104620    | SINAPI    | CAIXA ELÉTRICA 4"X2" AUTOTRAVANTE PARA FURO CIRCULAR ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023         | UN  | 8,00    | 37,55      | 34,59              | 10,41  | 45,00  | 276,72     | 83,28      | 360,00     | 0,06 %   |
| 4.11      | 91993     | SINAPI    | TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023                                      | UN  | 8,00    | 64,39      | 45,75              | 31,42  | 77,17  | 366,00     | 251,36     | 617,36     | 0,11 %   |
| 5         |           |           | Pisos                                                                                                                                                |     |         |            |                    |        |        |            |            | 66.835,10  | 11,52 %  |
| 5.1       | 87257     | SINAPI    | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023_PE         | m²  | 648,83  | 58,77      | 12,70              | 57,73  | 70,43  | 8240,14    | 37456,95   | 45.697,09  | 7,88 %   |
| 5.2       | 104611    | SINAPI    | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE   | m²  | 193,20  | 91,29      | 32,02              | 77,39  | 109,41 | 6186,26    | 14951,75   | 21.138,01  | 3,64 %   |
| 6         |           |           | Esquadrias                                                                                                                                           |     |         |            |                    |        |        |            |            | 13.146,92  | 2,27 %   |
| 6.1       | 90821     | SINAPI    | PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 70X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019    | UN  | 18,00   | 407,80     | 63,35              | 425,39 | 488,74 | 1140,30    | 7657,02    | 8.797,32   | 1,52 %   |
| 6.2       | 90822     | SINAPI    | PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019    | UN  | 4,00    | 435,05     | 69,29              | 452,11 | 521,40 | 277,16     | 1808,44    | 2.085,60   | 0,36 %   |
| 6.3       | 33.12.011 | CPOS/CDHU | ESMALTE À BASE DE ÁGUA EM MADEIRA, INCLUSIVE PREPARO                                                                                                 | m²  | 36,12   | 52,30      | 40,13              | 22,55  | 62,68  | 1449,50    | 814,50     | 2.264,00   | 0,39 %   |
| 7         |           |           | Forro de PVC                                                                                                                                         |     |         |            |                    |        |        |            |            | 58.864,24  | 10,14 %  |
| 7.1       | 96486     | SINAPI    | FORRO EM RÉGUAS DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS                                  | m²  | 593,27  | 82,79      | 18,18              | 81,04  | 99,22  | 10785,65   | 48078,59   | 58.864,24  | 10,14 %  |
| 8         |           |           | Pintura                                                                                                                                              |     |         |            |                    |        |        |            |            | 120.832,40 | 20,82 %  |
| 8.1       | 33.10.050 | CPOS/CDHU | TINTA ACRÍLICA EM MASSA, INCLUSIVE PREPARO                                                                                                           | m²  | 1829,31 | 35,76      | 28,73              | 14,12  | 42,85  | 52556,13   | 25829,88   | 78.386,01  | 13,51 %  |
| 8.2       | 33.02.080 | CPOS/CDHU | MASSA CORRIDA À BASE DE RESINA ACRÍLICA                                                                                                              | m²  | 1829,31 | 19,00      | 16,09              | 6,68   | 22,77  | 29433,63   | 12219,80   | 41.653,43  | 7,18 %   |
| 8.3       | 33.03.350 | CPOS/CDHU | PINTURA ESPECIAL EM ESMALTE PARA LOUSA COR VERDE                                                                                                     | m²  | 19,20   | 34,46      | 30,08              | 11,22  | 41,30  | 577,54     | 215,42     | 792,96     | 0,14 %   |
| 9         |           |           | Serviços Complementares                                                                                                                              |     |         |            |                    |        |        |            |            | 11.295,86  | 1,95 %   |
| 9.1       | 55.01.020 | CPOS/CDHU | LIMPEZA FINAL DA OBRA                                                                                                                                | m²  | 593,27  | 15,89      | 19,04              | 0,00   | 19,04  | 11295,86   | 0,00       | 11.295,86  | 1,95 %   |
| Totais -> |           |           |                                                                                                                                                      |     |         |            |                    |        |        | 212.142,68 | 368.114,20 | 580.256,88 |          |

|               |            |
|---------------|------------|
| Total sem BDI | 484.199,45 |
| Total do BDI  | 96.057,43  |
| Total Geral   | 580.256,88 |

RICARDO PEIXOTO  
DOS SANTOS  
Assinado de forma digital por  
RICARDO PEIXOTO DOS SANTOS  
Dados: 2025.07.30 13:41:14 -03'00'  
ENG. RICARDO PEIXOTO  
RESPONSÁVEL TÉCNICO  
Engenheiro Civil - CREA 5070047301



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO

OBRA: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IMMACULADA GRECCO CIVOLANI  
ENDEREÇO: RUA SILVIO SEVERINO, S/N - NOSSO TETO - RIO DAS PEDRAS/SP

|                                   |                                                           |      |        |
|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------|------|--------|
| Regime previdenciário DESONERADO: | NÃO                                                       | BDI: | 19,85% |
| Boletim:                          | SINAPI 06/2025 - CDHU 06/2025 - SIURB 01/2025 - São Paulo |      |        |

| Item | Código | Banco | Descrição | Und | Quant. | Valor Unit | Valor Unit com BDI |      |       | Total |      |       | Peso (%) |
|------|--------|-------|-----------|-----|--------|------------|--------------------|------|-------|-------|------|-------|----------|
|      |        |       |           |     |        |            | M. O.              | MAT. | Total | M. O. | MAT. | Total |          |

MARCOS BUZETTO  
RESPONSAVEL TOMADOR  
PREFEITO MUNICIPAL



PLANILHA RESUMO

|                                                                   |                   |                            |          |
|-------------------------------------------------------------------|-------------------|----------------------------|----------|
| Secretaria de Obras (SEMEO)                                       | BDI Geral:        | Encargo Social Mensalista: | Data:    |
| REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IMMACULADA GRECCO CIVOLANI | 19,85%            | 47,74%                     | 45868    |
| Bancos:                                                           | BDI Equipamentos: | Encargo Social Horista:    | Revisão: |
| SINAPI 06/2025 - CDHU 06/2025 - SIURB 01/2025 - São Paulo         | 14,45%            | 85,80%                     | 00       |

| ITEM  | DESCRIÇÃO               |     | PREÇO      | %       |
|-------|-------------------------|-----|------------|---------|
| 1     | Serviços Preliminares   | R\$ | 2.559,60   | 0,44%   |
| 2     | Demolições              | R\$ | 17.292,87  | 2,98%   |
| 3     | Cobertura               | R\$ | 188.894,68 | 32,55%  |
| 4     | Climatização            | R\$ | 100.535,21 | 17,33%  |
| 5     | Pisos                   | R\$ | 66.835,10  | 11,52%  |
| 6     | Esquadrias              | R\$ | 13.146,92  | 2,27%   |
| 7     | Forro de PVC            | R\$ | 58.864,24  | 10,14%  |
| 8     | Pintura                 | R\$ | 120.832,40 | 20,82%  |
| 9     | Serviços Complementares | R\$ | 11.295,86  | 1,95%   |
| TOTAL |                         | R\$ | 580.256,88 | 100,00% |

Notas:

RICARDO PEIXOTO  
DOS SANTOS

Assinado de forma digital por  
RICARDO PEIXOTO DOS SANTOS  
Dados: 2025.07.30 13:42:28 -03'00'

Ricardo Peixoto  
Engenheiro Civil - CREA 5070047301